



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Ciência Política**

**DIFERENÇAS E IMPLICAÇÕES DAS NOMEAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS DO  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) - UMA ANÁLISE DA GESTÃO DOS  
MINISTROS RICARDO SALLES E JOAQUIM LEITE**

**AMANDA MACIEL MATOS**

**Brasília**

**2022**

**AMANDA MACIEL MATOS**

**DIFERENÇAS E IMPLICAÇÕES DAS NOMEAÇÕES TÉCNICAS E  
POLÍTICAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) - UMA ANÁLISE DA  
GESTÃO DOS MINISTROS RICARDO SALLES E JOAQUIM LEITE**

Monografia elaborada pela aluna Amanda Maciel Matos, apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como pré-requisito parcial necessário para obtenção do grau de bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Rebecca Neaera Abers.

**Brasília**

**2022**

**RELATÓRIO DE DEFESA DE MONOGRAFIA**Universidade de Brasília - UnB  
Decanato de Graduação - DEG**G R A D U A Ç Ã O**

Diretoria de Administração Acadêmica - DAA

**1 – Identificação do Aluno**Nome: **AMANDA MACIEL MATOS** MatrículaCurso  
**CIÊNCIA POLÍTICA**Área de Concentração  
**CIÊNCIA POLÍTICA** Código **08591** Instituto de Ciência Política  
**IPOL****2 – Sessão de Defesa de Monografia**Título  
**DIFERENÇAS E IMPLICAÇÕES DAS NOMEAÇÕES TÉCNICAS E POLÍTICAS DO MINISTÉRIO DO****MEIO AMBIENTE (MMA) - UMA ANÁLISE DA GESTÃO DOS MINISTROS RICARDO SALLES E JOAQUIM LEITE****3 – Comissão Examinadora**

Nome	Função	Assinatura
PROF(a) Rebecca Abers	ORIENTADOR	
PROF(a) Ana Karine Pereira	Parecerista	

**4 – Resultado**

A Comissão Examinadora, em \_\_\_\_\_, após o exame da Defesa da Monografia e arguição do candidato, decidiu:

- Pela aprovação da Monografia.  Pela revisão de forma, indicando o prazo de 30 dias para apresentação definitiva.
- Pela reprovação da Monografia.  Pela reformulação da Monografia, indicando o prazo de \_\_\_\_\_ para nova versão.

Preencher somente em caso de revisão de forma:

- O aluno apresentou a revisão de forma e a Monografia foi aprovada.
- O aluno apresentou a revisão de forma e a Monografia foi reprovada.
- O aluno não apresentou a revisão de forma.

**Menção Final, SS**

Autenticação Presidente da Comissão Examinadora	Autenticação Coordenador do Curso
_____ Data	_____ Data Professor Denilson Bandeira

## Congregação de Carreira de Curso ou Órgão Equivalente

A CCC, em sua Reunião nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, resolveu:

Decisão:

\_\_\_\_\_  
Data Assinatura do Presidente da CCC ou Órgão Equivalente

## Aprovação do Decanato de Graduação

Decisão:

\_\_\_\_\_  
Data Assinatura do Decano

Dedico este trabalho a Deus, por ter me dado forças e sabedoria para continuar e à minha mãe, Walquiria, por ter me apoiado durante essa trajetória com seu amor e dedicação

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre presente em minha vida, inclusive nos momentos mais difíceis, me sustentando e dando forças para continuar seguindo em frente.

À minha mãe, Walquiria Maciel, a pessoa mais importante da minha vida, por seu amor e paciência, por ter confiado e acreditado em meu potencial, além de ser essa grande força motivadora em minha vida.

Ao meu tio, Manuel Matos, por seu apoio para prosseguir com os estudos, desde da infância, acreditando em mim e no meu potencial, apoiando-me nos momentos mais importantes da minha vida pessoal e acadêmica.

Ao meu primo, Alan René, que apesar de primo é meu irmão de coração, meu melhor amigo e grande inspiração na vida acadêmica, sempre me incentivando, compartilhando seus conhecimentos e por ter estado ao meu lado, compartilhando de momentos felizes e também difíceis, porém sempre presente em minha vida.

À minha orientadora, Professora Doutora Rebecca Abers, por sua paciência e compreensão durante todo o processo de elaboração deste trabalho, por ser gentil e atenciosa, ter me ajudado a tornar esse trabalho possível.

*“O ser humano vive da natureza. Isto significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza”.*

*Karl Marx*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2. O TÉCNICO E O POLÍTICO NAS NOMEAÇÕES POLÍTICAS</b>	<b>9</b>
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>13</b>
<b>4. NOMEAÇÕES POLÍTICAS NO MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE</b>	<b>16</b>
<b>4.1 O Ministério do Meio Ambiente em Contexto Histórico</b>	<b>17</b>
<b>4.2 As nomeações de ministros do MMA</b>	<b>21</b>
<b>4.3 A Nomeação de Ricardo Salles</b>	<b>22</b>
<b>4.4 A Nomeação de Joaquim Leite</b>	<b>23</b>
<b>5. A POLÍTICA AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO</b>	<b>24</b>
<b>5.1 A política anti-ambiental na gestão de Ricardo Salles</b>	<b>27</b>
<b>5.2 Militarização no MMA</b>	<b>35</b>
<b>5.3 Conflitos internos, madeira ilegal e a exoneração de Salles</b>	<b>37</b>
<b>5.4 Joaquim Leite - Uma nomeação técnica para salvar a pasta?</b>	<b>39</b>
<b>5.5 A política anti-ambiental na gestão de Joaquim Leite</b>	<b>40</b>
<b>6. ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>43</b>
<b>6.1 Análise das Agendas Ministeriais</b>	<b>43</b>
<b>6.2 Análise das reportagens</b>	<b>51</b>
<b>7. CONCLUSÃO</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi criado em novembro de 1992, durante o governo de Fernando Collor de Mello. Entretanto, decisões relevantes que marcariam o início da trajetória da política ambiental brasileira datavam da década de 30 com o Código de Águas e o Código Florestal, ambos de 1934 (MOURA, 2016, p.13). Após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, a política ambiental brasileira mudou drasticamente e como o MMA lidou com suas causas ambientais chamou atenção, inclusive da comunidade internacional. Entre 2019 e 2020, percebemos um aumento alarmante nas queimadas em biomas importantes, como Amazônia e Pantanal. Órgãos ambientais como Ibama, ICMBio e Funai começaram a ser militarizados e seus servidores impedidos de protestar publicamente contra as mudanças (MORAES, 2019).

Após quase ser extinto, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) passou por muitas mudanças para se alinhar a uma nova política ambiental no governo Jair Bolsonaro, com isso o principal objetivo dessa pesquisa é analisar a atuação dos ministros do Meio Ambiente nomeados durante o governo Bolsonaro, Ricardo Salles e Joaquim Leite. Buscaremos entender como os diferentes perfis políticos podem influenciar na governança e tomada de decisão frente ao ministério, além de como cada ministro tratou pautas importantes, elencando quais eram suas prioridades, usando como principal fonte de pesquisa as agendas públicas oficiais de ambos, disponibilizadas no site do ministério. Foram utilizadas, de modo a complementar a análise, uma pequena amostra da cobertura da mídia sobre cada ministro, servindo como importante indicador de como as mudanças no ministério e polêmicas foram noticiadas. Foram utilizadas como apoio algumas revisões da literatura sobre nomeações no Ministério do Meio Ambiente, comparações entre os perfis políticos distintos na burocracia brasileira e também uma retrospectiva detalhando os momentos mais importantes ao longo da gestão de Ricardo Salles e Joaquim Leite.

Temos como objetivo responder alguns importantes questionamentos. Primeiramente, existem evidências de que modo um ministro do MMA possui um perfil mais técnico do que o outro? Segundo, de que forma um perfil mais técnico ou político influenciou (ou não) nas políticas ambientais? Terceiro, como o MMA foi conduzido por cada um dos seus ministros e quais foram as principais mudanças identificadas após a exoneração de Salles? Seria possível inferir que, trocando um ministro por outro de perfil distinto, necessariamente o resultado seria mudanças na política ambiental? E por fim, o principal objetivo será entender como uma



gestão “técnica” ou “política” se configuraram no Ministério de Meio Ambiente de um governo que tem como objetivo o desmonte da política ambiental.

## **2. O TÉCNICO E O POLÍTICO NAS NOMEAÇÕES POLÍTICAS**

Para entender melhor os perfis dos ministros do Meio Ambiente, é necessário explicar brevemente quais são esses perfis e como eles podem se diferenciar ou se aproximar quando comparados. A discussão na literatura sobre nomeações políticas, além de extensa, discute há muito tempo sobre as nomeações técnicas e políticas nos ministérios. Vemos muitos indicativos de que são muitos os critérios adotados antes de se escolher um ministro, que podem variar dependendo de quais são as prioridades do momento (LOUREIRO & ABRUCIO, 1999, p.69-70).

Os perfis técnico e político são aparentemente opostos, pois o perfil técnico se caracteriza pela ascensão ao cargo principalmente por suas qualificações e experiência trabalhando em órgãos de alto escalão, enquanto o perfil político se caracteriza por suas conexões políticas e destaque dentro de um partido, ainda que em muitos casos também possuem passagens por órgãos públicos (BORGES & COELHO, 2015, p. 74). Schneider (1994) define que o perfil de burocrata técnico como um funcionário público com ensino superior que trabalha em sua área de especialidade para um ou dois órgãos (SCHNEIDER, 1994, p. 94).

Ministros de perfil técnico tendem a optar por estratégias meritocráticas de recrutamento dos subordinados, além de buscar maior autonomia frente a outros partidos e legisladores (Borges e Coelho, 2015, p. 74), entretanto mesmo nomeações de teor mais técnico não podem ser consideradas totalmente isentas do jogo político e da necessidade de articular com outros atores políticos, sendo necessário tornar-se um técnico-político (LOUREIRO & ABRUCIO, 1999, p. 74).

Quando um burocrata técnico ascende a uma posição de confiança, Schneider afirma que isso se trata de uma clara comunicação de que espera-se que mesmo ocupando aquele cargo de confiança o técnico continuará agindo como técnico (SCHNEIDER, 1994, p. 97). Entretanto, ainda segundo Schneider, tradicionalmente os técnicos ocupam cargos em que seu conhecimento técnico é demandado por seus chefes de perfil político, pois quando o técnico

ascende a um posto de liderança sofre com dificuldades em articular e formar coalizões políticas (SCHNEIDER, 1994 p. 98).

Indicações técnicas para ocupar o posto de ministro podem ser analisadas diferentemente dependendo de quem foi o responsável pela indicação, segundo Borges e Coelho (2015), principalmente no que se trata de apoio político, é diferente quando um ministro técnico foi indicado pelo próprio Presidente da República ou por um partido da coalizão do governo, destacando o fato de que uma indicação de partido político tende a sofrer mais com demandas contraditórias (BORGES & COELHO, 2015, p. 76).

No caso das indicações políticas, existem algumas diferenças quando comparadas ao perfil técnico. O perfil político na burocracia cresceu, principalmente após os primeiros momentos de reabertura no final do regime militar e segundo Schneider (1994) são eles que exercem real influência sobre a política e inclusive foram requisitados no período de Ditadura Militar para participar dos processo de formulação de políticas, realizar lobby informal e exercer pressão em nome de certos grupos de interesse ou regionais (SCHNEIDER, 1994, p. 98).

Borges e Coelho (2015) afirmam que os perfis políticos podem usar de seu poder tanto para fortalecer sua liderança ou apoiar facções partidárias e outros grupos regionais, mas também do ponto de vista estratégico os ministros políticos costumam visar candidaturas políticas no futuro e dão muita importância em fortalecer seu prestígio e influência (BORGES & COELHO, 2015, p. 75). Apesar disso, Loureiro e Abrucio (1999) destaca que sempre antes de um presidente montar seu gabinete é necessário considerar os membros de sua coalizão, pois não basta apenas ter o poder de escolha, em realidade existe muita pressão em torno da distribuição dos cargos e conseqüentemente os gabinetes montados tendem a ser mais heterogêneos (LOUREIRO & ABRUCIO, 1999, p. 72).

O mesmo problema também foi abordado por Borges e Coelho (2015), destacando que o multipartidarismo do legislativo brasileiro causava diversos problemas de disputas por controle da burocracia, especialmente quando há conflito entre o Presidente e o Congresso. Com isso, os autores afirmam que se torna uma prioridade ainda maior para o governo impor controle de diferentes formas, considerando que mesmo coalizões podem enfrentar divergências a respeito de determinadas políticas públicas (BORGES & COELHO, 2015, p.

78). Tais problemas não se resumem a apenas um ou outro ministro, é importante lembrar que a composição heterogênea dos gabinetes e do próprio congresso resultam em conflitos e momentos de tensão a todo instante, devido se tratar de um processo que independe de partido político ou de um governo vigente.

Após analisar os perfis técnico, político e técnico-político, é possível fazer algumas associações sobre como cada um se comporta em relação aos seus compromissos e quais são suas prioridades. Obviamente nenhum ator político será o mesmo e as análises de perfil servem mais como um guia para compreendermos melhor as ações de determinado ator político, não necessariamente correspondem com a totalidade dos fatos, pois entende-se que outros fatores podem vir a influenciar no processo de tomada de decisão. Seria possível discutir por um longo período quais outros fatores influenciam um ministro quando comanda um ministério, contudo o foco neste estudo é em identificar certos padrões que podem se encaixar a um ou outro perfil.

No caso de um perfil mais técnico, percebe-se um foco mais direcionado ao trabalho burocrático. Quanto mais técnico é um gestor, mais voltado ao seu trabalho acima de tudo. Uma das implicações após a pesquisa foi o caso de um ministro mais técnico poder se distanciar da mídia ou de compromissos públicos em que poderiam ser utilizados para fazer propaganda de si mesmo ou de seus feitos comandando a pasta. Pode-se dizer que não existe a mesma preocupação com “aparecer” ou detalhar o passo a passo de seu trabalho nos bastidores, possivelmente pelo foco ser maior nos resultados.

Um perfil mais técnico em teoria está voltado a trabalhar e atingir resultados satisfatórios, cumprir metas e para isso usa de seu conhecimento adquirido e recebe o apoio de outros importantes atores bem instruídos já presentes no ministério, além de priorizar a contratação de servidores mais técnicos para preencher cargos importantes. Um processo similar foi retratado por Loureiro et al (1998) quando analisaram o Ministério da Fazenda durante o governo de FHC, segundo os autores os cargos DAS mais importantes (DAS 4,5 e 6) no Ministério da Fazenda estavam muito mais qualificados quando comparados com ocupantes dos mesmos cargos DAS em outros órgãos, inclusive na própria União, o que segundo os autores explicitava o perfil mais técnico dos servidores do ministério (LOUREIRO et al, 1998, p. 62).

Entretanto, quando olhamos para um perfil mais político, percebemos algumas mudanças significativas. Não se trata de ser um perfil conflitante com o perfil técnico (como veremos abaixo, existe um perfil técnico-político), mas um perfil que prioriza outros aspectos da governança que também são importantes. O perfil político tende a dedicar mais tempo a fortalecer sua articulação política, com membros do legislativo ou outros membros de alto escalão de outros órgãos. Também percebemos que, para fortalecer as relações com outros políticos, é comum que o ministro distribuía cargos entre políticos, militantes e quadros partidários (BORGES & COELHO, 2015, p. 72).

Também é importante destacar que um perfil político pode falar mais frequentemente das mudanças que ocorrem no ministério durante sua gestão, utilizando como forma de fazer propaganda de seu trabalho, com isso não seria surpresa vê-los em mais eventos ou concedendo mais entrevistas para a mídia para tratar de seu trabalho frente ao ministério. Tal observação coincide com a tendência de ministros políticos usarem seu trabalho como ministro como um trampolim para se candidatar a outros cargos políticos no futuro, na visão de Borges e Coelho (2015). Outra prioridade dos ministros políticos é assegurar recursos para os seus estados, pois segundo Schneider (1994) poucos deles preocuparam-se com os méritos técnicos das políticas (SCHNEIDER, 1994, p. 101).

Além dos perfis técnico e político anteriormente apresentados, existe também um perfil que une características importantes de ambos os perfis: o perfil técnico-político. De acordo com Schneider (1994) trata-se de um perfil com uma melhor resposta técnica, entretanto também disposto a buscar apoio político. O perfil técnico-político aceita a interferência política e a reconhece como fator necessário no processo de tomada de decisão, sendo este o fator principal para Schneider ao diferenciá-los dos perfis estritamente técnicos (SCHNEIDER, 1994, p. 105). Outra característica importante de um perfil técnico-político para Schneider (1994) é sua capacidade de mediação, ocupando posições-chave na mediação, intermediação e formação de coalizões (SCHNEIDER, 1994, p.106).

Quando trataram das estratégias de nomeações ministeriais, Palloti e Cavalcanti (2019) utilizando do Índice de Politização Ministerial originalmente proposto por Borges e Coelho (2015) observaram que após a redemocratização no Brasil, cada vez mais ministros eram indicados apresentando características tanto técnicas quanto políticas, distanciando-se de perfis que fossem estritamente um ou outro e sim preferindo uma combinação de

características de ambos (PALLOTI & CAVALCANTI, 2019, p. 10). Existem sim muitas vantagens de se optar pelo perfil técnico-político, pois ambos carregam muitas das qualidades presentes em ambos perfis (como a boa articulação política, presente em perfis políticos e excelente formação acadêmica de um perfil mais técnico) e como gestores tendem a ter uma postura mais equilibrada.

### **3. METODOLOGIA**

Buscando entender melhor os perfis burocráticos mencionados anteriormente, foram utilizadas amostras das agendas dos ministros e também da cobertura na imprensa. As fontes foram escolhidas, tendo como principal objetivo, ajudar na busca por indicadores dos perfis político e técnico apresentados por Ricardo Salles e Joaquim Leite, e também para saber se era possível que suas escolhas, compromissos, pessoas importantes com quem se reuniam, interferiam na forma que percebemos o trabalho deles frente ao MMA. Como a análise das agendas e das manchetes tratavam da gestão de cada ministro, que no caso de um perfil político, era notável a dedicação aos compromissos públicos, entrevistas para a mídia e encontros com outros importantes membros do governo, enquanto um ministro técnico tendia a evitar muita exposição para a mídia, voltando seus compromissos de agenda mais para questões internas do ministério.

Nesse sentido, por meio das análises também foi possível comparar os perfis dos Ministros do Meio Ambiente e em que medida pode-se dizer que um é mais técnico ou outro mais político. Também foi importante para entender como essas mudanças de perfil foram percebidas e vieram a impactar no modo como cada gestor comandou a pasta. A análise das agendas foi particularmente importante para entender diferenças, mesmo que sutis, pois muito pode se dizer de um ator político quando olhamos sua agenda, observamos como priorizam certos compromissos, seus encontros com outros atores relevantes e até mesmo como são abordados pela mídia, ou em outros casos, como evitam a mídia.

Com a análise das reportagens a intenção foi entender como cada ministro estava sendo retratado e também como as decisões que tomavam à frente do ministério eram retratadas pela mídia. Para isso o uso da metodologia de análise de valências (ou análise de sentimento) foi fundamental para organizar e analisar as diferentes reportagens publicadas pelo Estadão, além de criar categorias que possibilitassem entender quais eram os temas mais

frequentes e como no geral cada ministro era retratado, se com uma opinião positiva, negativa ou neutra. Também foi possível obter um dado geral de como era a recepção de todas as reportagens fazendo o uso da mesma metodologia de análise de valências.

A pesquisa foi baseada em uma análise documental de cunho qualitativo. Contudo também fez uso de elementos quantitativos relevantes para a pesquisa documental, contando com a elaboração de planilhas com dados extraídos das agendas dos ministros do MMA em intervalos pré-definidos e também o uso de notícias relacionadas a atuação dos ministros do MMA no jornal Estadão, buscando entender melhor como cada um era retratado pelo veículo de comunicação. O teor qualitativo deste estudo está em traçar o perfil de cada ministro e analisar como características particulares de cada um interferiram na gestão do ministério, considerando também as limitações anteriormente relatadas quanto ao poder de decisão do ministro do Meio Ambiente e sua necessidade de seguir o que é esperado deles pelo Governo Federal e outras entidades particularmente interessadas no trabalho do ministério.

Para as agendas dos ministros, foram analisados os meses de abril, agosto e novembro dos anos de 2019, 2020, 2021 e os meses abril e agosto de 2022. No total foram analisados sete meses da agenda do ministro Ricardo Salles e três meses da agenda do ministro Joaquim Leite. As agendas são públicas e podem ser acessadas no site oficial do MMA, ligada à plataforma gov.br e também no antigo site do MMA. A cobertura do Estadão foi analisada desde a primeira notícia sobre a nomeação de Ricardo Salles, com data de 02/01/2019 até a última notícia disponível, já sobre o ministro Joaquim Leite, com data de 19/05/2022.

Foram analisadas as matérias escritas sobre cada um dos ministros, além da frequência destas matérias. Resultados para a busca de termos ‘Ricardo Salles MMA’ e ‘Joaquim Leite MMA’ mostraram uma prevalência muito maior de resultados para Ricardo Salles, o que não era inesperado considerando o seu tempo à frente do ministério. Além de classificar as reportagens em diferentes subtemas, também foram atribuídas uma reação geral também para cada reportagem, podendo ser positiva, negativa ou neutra, usando da Metodologia de Análise de Valências, muito trabalhada pelo professor João Feres Júnior, coordenador do projeto Manchetômetro.

Durante a análise, veremos o que mudou durante a gestão de cada ministro, mas também o que permaneceu inalterado, além de compreender se determinadas ações podem ser

ou não associadas a um perfil mais “técnico” ou “político”. Para isso, os dados analisados foram divididos em duas partes, primeiro foi feita uma coleta de dados das agendas públicas dos Ministros do Meio Ambiente usando como recorte temporal os meses de abril, agosto e novembro desde a nomeação do ministro Ricardo Salles no início de 2019 até o mês de abril de 2022 quando Joaquim Leite já comandava a pasta. Nesse período foram registrados 670 compromissos na agenda que foram selecionados e devidamente categorizados de acordo com o tipo de atividade, especificação e pauta. As agendas consultadas estão disponíveis no site oficial do MMA e também no antigo site que hoje se mantém como um arquivo.

Em um segundo momento foram coletadas reportagens na plataforma digital do jornal Estadão sobre ambos os ministros num recorte temporal mais amplo, começando pela posse do ministro Ricardo Salles no início de janeiro de 2019 até o mês de maio de 2022. Foram 207 reportagens encontradas, desconsiderando algumas reportagens que no ato da busca encontravam-se indisponíveis para acesso e reportagens duplicadas. Para cada reportagem foi indicado entre dois ou três subtemas, considerando também sob qual categoria que o Estadão publicou aquela reportagem. Uma reação geral também foi atribuída para cada reportagem, podendo ser positiva, negativa ou neutra, baseada na metodologia de Análise de Valências do professor João Feres Júnior, coordenador do projeto Manchetômetro.

Feres explicou, de modo simplificado, como o Manchetômetro utilizava da metodologia de análise de valências em uma entrevista concedida em 2014, quando o projeto estava analisando a cobertura das eleições de 2014. Segundo Feres para se fazer a análise de valências é necessário pegar uma notícia, sua chamada e seu texto e avaliar se é neutra, positiva ou negativa (FRAGA, 2014). Em outro artigo de autoria de Feres, “Análise de valências, debate acadêmico e contenda política”, o professor explica que essa metodologia também pode ser conhecida por sua abreviação MAV ou por suas expressões em inglês: slant analysis, sentiment analysis ou opinion mining (FERES, 2015, p. 317)

Em diversos momentos é mencionado no artigo que a MAV é uma metodologia de enquadramento, ou seja, pode ser utilizada em análise de conteúdo, entretanto o professor explica que é mais simples do que outras metodologias similares, pois interpreta-se o material de modo mais simplificado, buscando apenas dizer se é contrário, favorável ou neutro a respeito de certo objeto (FERES, 2015, p. 317). A análise torna-se um pouco mais complexa após o acréscimo de outras variáveis, entretanto é possível com ela manter uma apresentação mais compreensível de uma extensa análise de dados.

Após estudar os dados obtidos com as agendas dos ministros e as reportagens, é possível compreender melhor como cada um era retratado pelo veículo de imprensa escolhido, além de identificar momentos cruciais vividos por ambos, como crises e períodos de reestruturação do MMA, além de quais compromissos eram priorizados por cada ministro. É importante identificar que existe uma limitação na comparação do ministro Ricardo Salles e Joaquim Leite tanto no que se refere às entradas de agendas e também na abrangência de reportagens, pois o ministro Ricardo Salles esteve no comando do MMA por mais de três anos e a nomeação do ministro Joaquim Leite apesar de ter completado um ano em 23 de junho de 2022 não significou grande aumento das reportagens ao seu respeito.

#### **4. NOMEAÇÕES POLÍTICAS NO MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE**

Quando analisadas as nomeações para ministro do Meio Ambiente, notamos que os perfis variavam de acordo com o ano e governo vigentes no período, como apresentado por Mendonça Sobrinho (2018). Dentre os perfis de técnico, político ou técnico-político, Palloti e Cavalcanti (2019) apontaram para um aumento das nomeações mais políticas ou técnico-políticas bem antes de Ricardo Salles e Joaquim Leite. Nesse sentido, entendemos que nenhum perfil na prática seria estritamente técnico ou político, pois existe uma necessidade de se adaptar a um contexto e como gestor pensar em ambos os aspectos mais técnicos ou políticos do ministério.

A familiaridade com as pautas ambientais também é um fator determinante para a indicação do ministro do MMA, entretanto percebemos que em alguns governos foi dada uma importância maior a nomes que além de familiaridade possuíam experiência lidando com a causa ambiental. Foi o caso da indicação de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente logo no início do governo Lula (ABERS & OLIVEIRA, 2015, p. 336). Foi um exemplo muito estratégico, pois segundo as autoras, Marina Silva além de ser uma liderança em seu partido na época, também foi muito atuante nos movimentos socioambientalistas (ABERS & OLIVEIRA, 2015, p. 337).

Contudo, estratégias diferentes foram utilizadas ao longo dos anos, percebemos que em alguns governos a experiência com as pautas ambientais era mais valorizado, porém sem minimizar a importância de um bom articulador político, resultando em indicações mais técnica-políticas. Outros optaram por perfis estritamente políticos ou técnicos, como foi o caso da indicação do ministro Ricardo Salles como um ministro mais político e da indicação



de Izabela Teixeira, conhecida por ser uma tecnocrata, durante o governo Dilma (ABERS & OLIVEIRA, 2015, p. 359).

#### **4.1 O Ministério do Meio Ambiente em Contexto Histórico**

Considerando que o objetivo principal deste trabalho é comparar as gestões dos ministros do Meio Ambiente Ricardo Salles e Joaquim Leite, é importante primeiro contextualizar os perfis burocráticos que serão comparados nesse estudo, assim como detalhar brevemente o histórico da política ambiental no país. Podemos considerar como o início da política ambiental brasileira a criação do Código de Águas e o Código Florestal, ambos de 1934 (MOURA, 2016, p. 13), porém foi durante as décadas de 60 e 70 que foram conquistados avanços muito significativos, mesmo durante o período de Regime Militar no Brasil, segundo Hochstetler e Keck (2007) em seu livro “Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society”.

Pouco depois de assumir o poder, o governo militar modificou os códigos florestal, de caça e de mineração entre os anos de 1965 e 1970, além de aprovar uma sequência de leis que posteriormente resultaram na criação da Política Nacional de Saneamento (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 26). Apesar do ceticismo inicial dos militares para com os movimentos ambientais e também nas discussões de pautas ambientais, o Brasil participou da Conferência de Estocolmo em 1972 e inspirados pela participação na conferência o governo brasileiro criou uma secretaria especial voltada para o Meio Ambiente (SEMA) de nível federal, considerado um passo muito importante, pois naquele período existiam apenas 11 países com agências semelhantes (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 27).

Alguns estados também criaram órgãos ambientais voltados para o meio ambiente logo após a criação da secretaria do Meio Ambiente, como foi o caso de São Paulo com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetasb) e o Rio de Janeiro com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema). Também foram incorporadas diretrizes ambientais ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (MOURA, 2016, p. 15). De fato, a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) foi muito importante, pois a longo prazo pode criar novos programas importantes, entretanto quando foi criada em 1973 a SEMA contava com apenas três funcionários, além do próprio secretário, Paulo Nogueira Neto e quase nenhum recurso financeiro (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 27).

Na década de 1980, Moura (2016) afirma que o principal marco foi o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei no 6.938/81), responsável por criar o Sistema

Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). O Sisnama estabeleceu as diretrizes necessárias para a política ambiental brasileira (MOURA, 2016, p. 16). No mesmo período, em 1985, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, já no governo Sarney, absorvendo a SEMA e também o CONAMA. A mudança não foi bem aceita e durou apenas três anos, pois as pautas ambientais dividiam espaço com outras pautas da área de desenvolvimento urbano, como habitação e saneamento (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 35-36). Na década de 80 também foi muito importante o papel das organizações ambientais no Brasil, devido ao período de redemocratização ter possibilitado a elas mais acesso aos meios de participação democrática, resultando em avanços na legislação ambiental (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 25).

A articulação dos movimentos ambientais foi muito importante na época da votação da Constituição Federal de 1988, como mencionado por Abers (2016) e Moura (2016). Segundo Abers (2016) ao longo da década de 80 os ambientalistas trabalharam muito para fortalecer os avanços que já haviam conquistado e um momento crucial foi a assembleia constitucional de 1987-1988. Os movimentos elaboraram uma “lista verde” de candidatos com propostas consideradas positivas para o meio ambiente, porém apenas um dos candidatos da lista acabou eleito nas eleições de 1986 (ABERS, 2016, p. 205). Durante a constituinte foi criada a Frente Verde, também pelos movimentos ambientais, com o objetivo de incluir o Capítulo do Meio Ambiente (Art. 225) à Constituição Federal de 1988 (MOURA, 2016, p. 16).

Segundo Moura (2016), foi a partir da Constituição de 1988 que a política ambiental brasileira foi mais descentralizada, resultando em reestruturações das instituições existentes e a criação de novas e também que a temática ambiental era de responsabilidade da União, Estados e Municípios. Em 1989 os órgãos federais que tratavam de questões ambientais setorialmente também passaram por reestruturação pelo programa Nossa Natureza, unificando a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), Superintendência da Borracha (Sudhevea), o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) e a SEMA ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - Ibama (MOURA, 2016, p. 17). Essa mudança coincidiu com um período de muita preocupação internacional em torno do desmatamento da Amazônia e o governo brasileiro estava sendo pressionado por ambientalistas internacionais e também outros países a diminuir o desmatamento no país (ABERS, 2016, p. 206. HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 36).

A década de 90 também foi muito importante para a política ambiental brasileira, tendo em vista que em 1992 aconteceria a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio

Ambiente e o Desenvolvimento (RIO-92) no Brasil. Ainda no início de seu mandato, o presidente Fernando Collor de Mello modificou novamente a estrutura dos órgãos ambientais, dessa vez tornando a SEMA novamente o principal órgão e o Ibama sua autarquia, porém o CONAMA foi enfraquecido. Collor nomeou José Lutzenberger para o posto de secretário do meio ambiente, que foi considerado uma boa escolha, pois Lutzenberger era um conhecido ambientalista. Apesar disso, a nomeação de Lutzenberger não resultou em mais participação de movimentos ambientalistas brasileiros no governo e sua gestão foi muito criticada por preferir trabalhar com ambientalistas estrangeiros e não os locais (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 37).

Em 1991 começou a atuação do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), considerado o primeiro grande investimento do governo federal para investir na área ambiental, usando o dinheiro de um empréstimo do Banco Mundial. Segundo Moura (2016) o programa está ativo até hoje e tem tido um papel fundamental na melhoria da capacidade institucional dos órgãos ambientais federais e estaduais para a formulação de políticas e para a gestão ambiental (MOURA, 2016, p. 18). Após o impeachment de Collor em 1992, o seu sucessor Itamar Franco modificou novamente a estrutura dos órgãos ambientais e moveu a pasta para o Ministério do Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, além de restaurar a função original do CONAMA que Collor havia enfraquecido.

Apenas após o governo de Fernando Henrique Cardoso que o Ministério do Meio Ambiente apresentaria uma estrutura similar ao MMA que conhecemos hoje (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 39). É perceptível que ao longo dos anos os órgãos ambientais no Brasil sofreram com muitas mudanças estruturais e constantes reestruturações resultaram em mais dificuldades para esses órgãos trabalharem com eficiência. Segundo Hochstetler e Keck (2007) essas constantes mudanças contavam uma história sobre a política ambiental brasileira e as dificuldades de se definir o que poderia ser considerado como um problema ambiental, existiam ainda muitas dúvidas sobre qual deveria ser o foco da gestão ambiental. Por um outro lado, com o fim das reestruturações que ocorriam em média a cada dois anos, os órgãos ambientais puderam trabalhar de modo mais eficiente (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 39-40).

É de tamanha importância histórica a consolidação do Ministério do Meio Ambiente como hoje conhecemos, pois para hoje existir foram necessárias muitas lutas e ativismo por parte de organizações não governamentais, ativismo burocrático e pequenos avanços, porém consistentes na legislação ambiental até a votação da Constituição de 1988. Graças aos esforços dos ambientalistas e adesão de parlamentares constituintes, hoje a constituição conta

com o artigo 225, responsável por definir que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos e também estabelecer como dever do poder público e população a obrigação de protegê-lo (BRASIL, 1998, art.225).

Devemos também lembrar do papel do órgão como o principal gestor da política ambiental brasileira e que define como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade, como consta no site de dados governamentais do MMA (PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, 2022).

O MMA como *policy maker* foi responsável por propor *policy* modificativas ou propositivas, como foi bem apresentado por Mendonça Sobrinho (2018). O MMA foi responsável por muitas importantes mudanças na política ambiental, porém percebia-se também que no período estudado pelo autor o MMA não estava restrito a propor mudanças apenas para as políticas ambientais, porém em 60% dos casos em que suas proposições estavam relacionados a temas ambientais, podiam ser classificados como inovações institucionais da área ambiental, regulamentação de legislação ambiental existente e também sobre a carreira de meio ambiente no serviço público federal (MENDONÇA SOBRINHO, 2018, p. 99).

Mendonça Sobrinho (2018) citou como exemplos de *policy* prepositivas bem sucedidas para o MMA a preposições responsáveis pela criação de importantes órgãos como foi o caso da Agência Nacional de Águas - ANA (Lei 9984/2000) e também a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (Lei 11516/2007). Como exemplo de *policy* modificativa o autor mencionou o Código Florestal de 2012 (MENDONÇA SOBRINHO, 2018, p. 100-102), entretanto o Código Florestal sofreu modificações mais recentes em 2021 ( Lei 14.285/21) e recentemente tramita no congresso mais projetos que pretendem alterar o Código Florestal novamente (ALMEIDA, 2022).

Também é importante compreender o fato do presidencialismo brasileiro possibilitar mudanças repentinas na política ambiental, apesar do cenário atual durante o governo Bolsonaro ser um exemplo radical de como a política de um ministério pode mudar, Hochstetler (2017) identificou anteriormente que num sistema presidencial como do Brasil, notamos alguns ministérios mais alinhados com a agenda política do Presidente da República ou de sua coligação e por isso mudanças na política ocorrem mais frequentemente após a

troca do governo (HOCHSTETLER, 2017, p. 1). Caso o Presidente da República tenha uma visão mais favorável das políticas ambientais, o resultado no contexto brasileiro seria em regulações e instituições ambientais mais fortalecidas, porém o oposto acontece quando o Presidente não se compromete com as pautas ambientais ou prefere promover um crescimento econômico às custas do meio ambiente, levando ao enfraquecimento e regressão da legislação ambiental (HOCHSTETLER, 2017, p. 5).

O embate entre políticas desenvolvimentistas com as ambientais é frequente. Existe um forte conflito de interesses entre políticas de desenvolvimento e políticas de proteção ambiental, como abordaram Abers e Oliveira (2015) e Hochstetler (2017). Investir nas grandes obras públicas comumente é uma prioridade maior para os governos do que a preocupação com a política ambiental, pois as obras públicas são usadas como melhores indicadores de que um político está agindo positivamente, possibilitando crescimento econômico e geração de empregos nos locais onde são feitas as obras (HOCHSTETLER, 2017, p. 14).

Apesar da forte existência de clientelismo e patronagem nas interações políticas, Hochstetler (2017) identificou que a área da política ambiental mostrava certa independência dos presidentes e do presidencialismo de coalizão devido às pressões compensatórias e recursos de atores não estatais (HOCHSTETLER, 2017, p. 21). Percebemos que o modo em que o próprio sistema político brasileiro aproximava o Presidente da República de seus ministros, levava a uma preocupação de como a política do ministério seria conduzida, porém Hochstetler (2017) ressaltou que o impacto que o Presidente poderia ter no ministério dependia das ações do ministro e se almejava assumir uma postura de equilíbrio (HOCHSTETLER, 2017, p. 7).

#### **4.2 As nomeações de ministros do MMA**

Historicamente o Ministério do Meio Ambiente foi entregue a partidos considerados de grande peso nas coligações de governo, como foi apresentado por Mendonça Sobrinho (2018), entretanto nem todos os ministros que comandaram a pasta possuíam filiação partidária como foi o caso dos ex-ministros José Carlos Carvalho em 2002, Izabella Teixeira entre 2010-2014 (MENDONÇA SOBRINHO, 2018, p. 90) e atualmente o ministro Joaquim Leite. Desde que o MMA assumiu sua configuração atual em 1999, oito ministros comandaram a pasta, desconsiderando os interinos. Segundo Palloti e Cavalcanti (2019) no

geral as nomeações para ocupar os cargos de ministro demonstravam não apenas uma preferência por um ministro com mais qualificação, mas também uma preferência por nomes com experiência tanto na arena política e também técnica (PALOTTI & CAVALCANTI, 2019, p.1).

O histórico de nomeações para o cargo de ministro do meio ambiente desde quando a pasta ganhou sua atual configuração foi composto por diferentes nomes de indicação tanto técnica quanto política, porém como já foi explicado por Palotti e Cavalcanti (2019) percebia-se uma preferência maior por nomes capazes de agradar em ambas as esferas. Segundo a linha do tempo disponibilizada por Mendonça Sobrinho (2018) de 1999 até 2014 o MMA foi comandado por 5 ministros diferentes, Sarney Filho (1999-2001), José Carlos Carvalho (2002), Marina Silva (2003-2006), Carlos Minc (2008-2009) e Isabela Teixeira (2011-2014), contudo é importante ressaltar que antes do governo Bolsonaro, ainda durante o governo Temer, Sarney Filho voltou a assumir o MMA entre 2016 e 2018.

### **4.3 A Nomeação de Ricardo Salles**

Ricardo Salles foi o último ministro a ser anunciado por Bolsonaro após sua eleição. Mesmo afirmando durante sua campanha eleitoral que o Ministério do Meio Ambiente seria extinto, pois existia um número muito alto de ministérios no governo Temer (29 ministérios), Bolsonaro chegou a prometer uma redução para 15 ministérios, entretanto acabou com 22. O Ministério do Meio Ambiente não foi extinto, alguns ministérios foram juntados a um ministério maior e no fim apenas o Ministério do Trabalho foi extinto (PODER360, 2018). Percebemos que optar por Ricardo Salles foi uma escolha bem planejada, pois seu perfil político já era bem conhecido em São Paulo, onde chegou a trabalhar como secretário particular do então governador de São Paulo Geraldo Alckmin.

Salles é advogado de formação, porém com um extenso currículo político, sendo um dos fundadores do Movimento Endireita Brasil (MEB) em 2006, considerado pelo jornal GZH como uma manifestação de antipetismo ainda durante o governo Lula, pois o movimento defendia uma nova direita, defensora do liberalismo econômico, porém conservadora nos costumes (GHZ, 2018) e também conhecido por já ter tentado candidaturas anteriores, porém sem conseguir se eleger. Ainda segundo o jornal GHZ, Salles já tinha passado por vários partidos até 2018, porém na época estava filiado ao NOVO.

A demora para a indicação de Ricardo Salles para a comandar a pasta também serviu como indicativo de que por algum tempo Bolsonaro parecia determinado a cumprir sua

promessa de campanha e fundir o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, comandado pela ministra Tereza Cristina, com isso entregando a pasta responsável por lidar com as causas ambientais nas mãos dos ruralistas, como também foi alertado pelo jornal (o) eco. Antes de escolher um nome, Bolsonaro sempre deixou bem claro de que o futuro ministro do MMA precisaria ser bem aceito pelos ruralistas (BRAGANÇA, 2018).

Segundo o GHZ, o principal motivo que levou Bolsonaro a mudar de ideia foi a intensa retaliação dos ambientalistas e também líderes do agronegócio preocupados com a repercussão internacional que poderiam sofrer (GHZ, 2018). Apesar de ter escolhido um nome aceito pelos ruralistas e também com alguma familiaridade com a pasta, devido sua experiência prévia como secretário do meio ambiente em São Paulo, Salles imediatamente teve sua indicação questionada por ainda estar respondendo a um processo por improbidade administrativa quando ainda ocupava cargo de secretário do meio ambiente por São Paulo e que inclusive resultou em seu afastamento (GHZ, 2018).

Mesmo diante das acusações, é importante ressaltar como Bolsonaro estava seguro de sua escolha, inclusive fazendo muitas declarações de apoio ao ministro ao longo de seu mandato em diferentes ocasiões, ainda que nos momentos mais críticos para Salles quando as investigações contra ele atingiram um auge nas vésperas de sua exoneração. Bolsonaro chegou a declarar alguns dias antes da exoneração de Ricardo Salles que ele estava fazendo parte da história, como um exemplo de casamento quase perfeito entre agricultura e meio ambiente. Bolsonaro ainda completou dizendo que não era fácil comandar um ministério e que ao assumir um ministério muitas vezes herdavam-se “uma penca” de processos (SOARES, 2021).

#### **4.4 A Nomeação de Joaquim Leite**

O contexto da nomeação de Joaquim Leite foi muito diferente de seu antecessor, sendo desde o início apontado como uma nomeação mais técnica quando comparado a Ricardo Salles. Leite não estava diretamente envolvido com algum partido político e além de ter experiência trabalhando na área ambiental, possui títulos de graduação e mestrado. No currículo do então ministro é declarado que de 2003 a 2019 Leite trabalhou com consultoria ambiental, entretanto assumiu um cargo de direção no MMA em julho de 2019 que durou até 2020 e posteriormente foi secretário das secretarias da Amazônia e Serviços Ambientais e a de Florestas e Desenvolvimento Sustentável, além de membro de diferentes comissões.

Algo chamativo no currículo do atual ministro do MMA é o fato de ter sido conselheiro da Sociedade Rural Brasileira por 23 anos e também ter trabalhado com produção e direção de fazendas de café. Foi possível localizar após uma rápida pesquisa que Leite vem de uma família de cafeicultores paulistas e que inclusive disputa terras indígenas que estão localizadas entre a região de São Paulo e Osasco (FELLET, 2021). Leite também já declarou em entrevista que “era do agro”, já tinha tido a oportunidade de conhecer Ricardo Salles e falar com ele e também defendeu seu modo de conduzir o MMA (GONÇALVES, 2021).

A notícia da exoneração de Ricardo Salles foi bem recebida. Para muitos era impressionante o tempo que o ex-ministro do meio ambiente conseguiu se manter no cargo, porém o anúncio de que Joaquim Leite assumiria a pasta não necessariamente causou grande otimismo. Por um lado, o histórico do ministro de trabalhar com pautas ambientais, seja no setor privado ou público, foi visto como um indicador positivo de que o novo ministro do meio ambiente não cometeria alguns dos erros de Salles. Por outro lado, a desconfiança permaneceu (OLIVEIRA, 2021).

## **5. A POLÍTICA AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO**

Ainda no período de campanha eleitoral para as eleições de 2018, Jair Bolsonaro não fez menção direta ao Ministério do Meio Ambiente em seu programa de governo apresentado à Justiça Eleitoral, entretanto focou em apontar caminhos para a agricultura (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Segundo o portal de notícias Agência Brasil, o candidato do PSL também disse que poderia flexibilizar a legislação responsável por regular a exploração econômica de áreas verdes preservadas, inclusive na Amazônia, e que não concederia novos territórios para indígenas e quilombolas (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Durante a campanha também chegou a propor a junção do MMA ao Ministério da Agricultura, como já fora abordado anteriormente, mas acabou não se concretizando. Bolsonaro preferiu manter o ministério e usá-lo de forma a propiciar uma política de desmonte das instituições de proteção ambiental e outras estruturas já existentes para viabilizar os interesses de uma de suas bases de apoio mais fortes, que é a bancada ruralista. Inicialmente para possibilitar as mudanças, Bolsonaro constantemente apontava falhas em órgãos importantes como Ibama, ICMBio e Funai.

Na primeira semana de seu mandato, Bolsonaro criticou o Ibama por gastar 28,712 milhões no aluguel de 393 viaturas para todas as sedes do Ibama espalhadas pelo país,



gerando uma resposta do órgão de que o presidente apresentava total desconhecimento do tamanho e das funções da autarquia, além de complementar que o valor gasto não era apenas com o aluguel das viaturas, mas também outras despesas como combustível, manutenção e seguro dos veículos (SOUZA & KRUSE, 2019). Foram muitas críticas principalmente ao Ibama e ICMBio nos primeiros meses de mandato, resultando também em ações voltadas para impactar o poder desses órgãos de exercer suas funções, promovendo ações para esvaziar o quadro de servidores nesses órgãos e também reduzindo sua autonomia (NEVES, 2020).

Para garantir o sucesso das mudanças propostas, Bolsonaro e Salles conversavam frequentemente, o que era notável também pela quantidade de reuniões de Salles com o presidente da república. Salles foi extremamente importante nesse processo, pois viabilizou muitas das mudanças que ocorreram nos órgãos ambientais e no próprio MMA. Uma das mudanças muito celebrada por Bolsonaro foi o aumento das indicações de militares para trabalharem nos órgãos ambientais, porém em declaração pública admitiu já estar negociando com Salles desde o início de 2019 sobre “fazer a limpa” dos servidores do Ibama e ICMBio, mantendo apenas servidores considerados bons funcionários (G1, 2019).

Trata-se de uma estratégia muito clara desde o início de que Bolsonaro pretendia colocar todo o Ministério do Meio Ambiente à disposição dos interesses maiores do agronegócio e dos projetos de expansão para tornar produtivas áreas até então protegidas, visando apenas o ganho comercial de uma parcela da população que se beneficiaria diretamente dos frutos desse desmatamento e relaxamento das normas ambientais. Para se atingir os resultados necessários, órgãos de fiscalização ambiental que antes estavam empenhados em proteger e assegurar o cumprimento da legislação ambiental seriam os primeiros a sofrer com as mudanças, abrindo caminho para uma nova política anti-ambiental.

Segundo Araújo (2020) ficou claro após a eleição de Bolsonaro que para dismantlar a política ambiental não seria necessário extinguir o MMA e sim mantê-lo e utilizá-lo para que o desmonte da legislação ambiental aparentasse alguma legitimidade (ARAÚJO, 2020, p. 2). O nome de Ricardo Salles precisou ser aprovado pelos ruralistas e o nome de Joaquim Leite também foi escolhido tendo em mente indicar alguém capaz de agradar o grupo. Com isso, percebemos a importância dada pelo grupo de manter pessoas alinhadas aos seus interesses comandando o MMA e assegurando que a política ambiental adotada pelo governo Bolsonaro continuasse sem muitas interrupções.

Alguns reflexos rápidos das mudanças que estavam por vir no governo de Jair Bolsonaro foram as importantes demissões que ocorreram tanto no Ibama quanto ICMBio logo no início de seu mandato, como foi o caso do pedido de exoneração de Suely Araújo,

antiga presidente do Ibama, um dia após Bolsonaro publicar duras críticas aos gastos do Ibama (GIRARDI, 2019) e também o pedido de exoneração do presidente do ICMBio, Adalberto Sigismundo Eberhard, ainda em abril de 2019, após Salles ameaçar processar administrativamente funcionários do ICMBio por não estarem presentes no evento em que participava junto de Eberhard (MAISONNAVE & SPERB, 2019).

Outras ações incluíram aumentar a militarização dos órgãos ambientais indicando para cargos servidores ligados a setores militares como exército, polícia militar e afins, ocupando inclusive cargos estratégicos e de liderança nesses órgãos. Também percebemos um enfraquecimento do poder decisório do MMA através de transferências de secretarias departamentos antes parte da estrutura do MMA para outros órgãos. Segundo Araújo (2020) a Agência Nacional de Águas (ANA) foi transferida para o Ministério do Desenvolvimento Regional para inviabilizar a interação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), o departamento responsável por cuidar das florestas acabou transferido para o comando do Ministério da Agricultura e a secretária responsável por lidar com as mudanças climáticas foi extinta (ARAÚJO, 2020, p.2-3).

Apesar das nova política ambiental, nem todas as mudanças foram inéditas, algumas foram continuidades de medidas adotadas em governos passados. Segundo Menezes e Barbosa Jr. (2021) algumas mudanças na legislação ambiental ainda durante o governo de Michel Temer (2016-2018) abriram caminho para mudanças ainda mais autoritárias que viriam durante o governo Bolsonaro (MENEZES & BARBOSA JR, 2021, p. 231). Mecanismos para fiscalização do desmatamento, talvez um dos pontos mais cruciais a sofrer mudanças durante o novo governo, foram enfraquecidas anteriormente. Segundo Hochstetler (2021), com o crescimento da bancada ruralista no congresso nacional em 2011, existia muita pressão em torno do enfraquecimento da legislação ambiental, principalmente relacionada aos limites do desmatamento, durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e de seu sucessor, Michel Temer, resultando em alguns *trade-offs* favoráveis aos ruralistas (HOCHSTETLER, 2021, p. 10-11).

Historicamente as mudanças no Ministério do Meio Ambiente aconteciam com mais frequência, inclusive por muitos anos foi um dos fatores motivadores para o ministério não conseguir muita estabilidade ou políticas que continuassem, devido às múltiplas reestruturações do ministério (HOCHSTETLER & KECK, 2007, p. 39), por isso é muito importante observar que apesar de muitas rupturas terem ocorrido a partir de 2019, para algumas políticas percebemos uma ampliação de medidas já adotadas anteriormente, como

exemplos temos algumas ações autoritárias tomadas por Temer (2016-2018) no quesito de impor teto de gastos para o MMA e ampliar áreas consideradas de importância para desenvolvimento incluindo áreas de preservação e reservas indígenas (FARIA et al, 2018 apud MENEZES & BARBOSA Jr. 2021, p. 231).

Visando enfraquecer ainda mais o trabalho dos órgãos ambientais, constantes cortes orçamentários foram notados nos últimos anos desde o início da gestão atual, cortes que foram muito noticiados quando em momentos críticos faltavam recursos básicos para o Ibama e ICMBio até mesmo pagar suas próprias contas de luz ou custear brigadistas para trabalharem nas queimadas que vivenciamos no país nesses últimos anos (BORGES, 2020), afetando biomas importantes como Amazônia, Cerrado e Pantanal. A redução no orçamento desses órgãos foi entendida como uma estratégia muito importante para Araújo (2020). No plano Plurianual do Governo Federal (PPA), a proteção ambiental mal foi mencionada e a verba alocada para políticas de proteção ao meio ambiente corresponderam a apenas 0.03% do orçamento total do governo que naquele ano era de 6.8 trilhões de reais (ARAÚJO, 2020, p.3).

No caso do MMA, o ministério acabou submetido às mudanças radicais que vieram com o novo governo e a influência exercida pelo Presidente da República sobre o ministério foi ainda maior graças ao ministro indicado para a pasta, primeiramente Ricardo Salles e futuramente Joaquim Leite. Existia uma disposição em ambos os casos em seguir a visão de Bolsonaro para a política ambiental, algo que segundo Hochstetler (2017) proporcionava ainda mais poder ao presidente, pois seu poder de influência dependia da atuação de seu ministro (HOCHSTETLER, 2017, p. 7).

### **5.1 A política anti-ambiental na gestão de Ricardo Salles**

Assim que assumiu o cargo de ministro do MMA, Ricardo Salles rapidamente colocou em prática a nova política ambiental proposta por Bolsonaro. A pasta passou por reestruturação logo no início e, como abordado anteriormente, algumas das decisões foram tão polêmicas que o STF precisou barrar certas medidas provisórias. No dia 2 de janeiro de 2019 a nova configuração do MMA foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União. Nessas primeiras modificações já constavam fora da pasta qualquer secretaria ou

departamento voltado para discussão e monitoramento das Mudanças Climáticas (GIRARDI, 2019).

Uma das mudanças que permanece até hoje foi a transferência do Serviço Florestal Brasileiro do MMA para o Ministério da Agricultura. O Serviço Florestal Brasileiro é responsável pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), obrigatório para todos os donos de propriedades rurais e importante mecanismo para implementação do Código Florestal (MORAES, 2019). Segundo Girardi (2019) na publicação do Diário Oficial do dia 2 de janeiro de 2019 constava apenas uma secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável, anteriormente chamada Secretária de Mudança do Clima e Florestas. Não existiam nos planos do governo quaisquer menções à mudança do clima ou ao combate ao desmatamento.

Quando questionado em entrevista sobre as mudanças, Salles declarou que a decisão foi para enxugar a pasta e ter ganho de eficiência, pois existia um "inchaço" no ministério (GIRARDI, 2019). Contudo, Girardi (2019) relembrou que anteriormente o próprio Salles já havia classificado a discussão sobre aquecimento global como secundária. Havia ainda uma outra preocupação com o Acordo de Paris, pois Jair Bolsonaro ameaçou, ainda durante sua campanha eleitoral, de deixar o acordo, um dos acordos mais importantes da atualidade firmado entre 195 nações para conter o avanço das mudanças climáticas. O Acordo de Paris também previa outras medidas não apenas para evitar o aumento rápido da temperatura global, mas para incentivar a adoção de mudanças visando a minimizar os efeitos de uma crise climática (MEIRELES, 2020). Ainda nas primeiras semanas do novo governo, Ricardo Salles conseguiu um consenso para manter o Brasil no Acordo de Paris, pois segundo ele existiam pontos importantes no acordo para serem valorizados, inclusive aqueles capazes de trazer mais recursos financeiros para o Brasil (PODER360, 2019).

Logo no início da gestão de Ricardo Salles a então presidente do Ibama, Suely Araújo, pediu demissão do cargo. Seu pedido de demissão veio um dia após Bolsonaro e Salles fazerem duras críticas a valores gastos pelo Ibama no aluguel de viaturas, entretanto Suely Araújo declarou em nota que já sabia que a presidência do Ibama seria assumida por outra pessoa, pois Ricardo Salles havia anunciado ainda em dezembro de 2018 seu plano de nomear para o cargo o então procurador da AGU Eduardo Fortunato Bim. A ex-presidente do Ibama afirmou que seu afastamento do cargo permitiria a nova gestão assumir a autarquia (GIRARDI, 2019). Além da rápida troca de comando no Ibama, os presidentes do ICMBio e Funai foram substituídos ainda em abril e junho de 2019, respectivamente.

No caso do ICMBio, o então presidente Adalberto Sigismundo Eberhard pediu demissão após Salles ameaçar processar administrativamente funcionários do ICMBio da sede

de Mostardas (RS). Com a saída de Eberhard, Salles deu início a um processo de militarização no ICMBio começando por indicar para presidência da autarquia o coronel da Polícia Militar Ambiental de São Paulo, Homero de George Cerqueira (AUGUSTO, 2019). Este processo continuará mesmo após a saída de Salles. Mais adiante o processo de militarização será melhor detalhado.

Percebemos que os primeiros meses de Ricardo Salles no MMA foram muito conturbados e as mudanças promovidas por ele chamaram a atenção desde o início. Outro aspecto muito importante de Salles era a frequência que se envolvia em polêmicas, principalmente quando falava publicamente em entrevistas ou usando suas redes sociais. Uma de suas primeiras falas polêmicas após assumir o comando do MMA foi questionar a importância do grande ativista da causa ambiental Chico Mendes. Essa seria apenas uma das várias polêmicas em que Salles se envolveria como Ministro do Meio Ambiente.

Sobre suas falas a respeito de Chico Mendes, Salles durante uma participação no programa Roda Viva respondeu a uma pergunta sobre o ativista. Inicialmente fez declarações de não conhecer Chico Mendes e por isso tomava cuidado em como tratava de assuntos que não conhecia, ainda assim, fez declarações como:

As pessoas que são do agro, que são da região, dizem: olha o Chico Mendes não era isso que é contado (...) o Chico Mendes usava os seringueiros para se beneficiar, fazia uma manipulação da opinião (...) o fato é que é irrelevante, que diferença faz quem é Chico Mendes nesse momento? Eu sou muito pragmático... mas a ONU reconhece um monte de coisa errada também. (MARTINS, 2019).

Ainda em maio de 2019 foi notado um forte movimento de oposição ao ministro Ricardo Salles por conta de suas ações frente ao Ministério do Meio Ambiente. Foi nesse contexto que todos os oito ex-ministros da pasta se reuniram para lançar um comunicado à sociedade expressando preocupação com o rumo que a política ambiental brasileira estava tomando durante a gestão de Salles. Segundo Gortázar e Betim (2019) a mobilização era inédita e os ex-ministros deixaram de lado inclusive diferenças ideológicas, o que para eles indicava gravidade da denúncia (GORTÁZAR & BETIM, 2019). Segundo os ex-ministros o Brasil vivia um cenário desolador, pois nunca ocorreu de um ministro do MMA não manter o legado de seu antecessor, mesmo quando existiam diferenças ideológicas, principalmente por defenderem de que era importante esse trabalho de continuidade, mantendo as conquistas já adquiridas e também lutando por novas (GORTÁZAR & BETIM, 2019).

Desde o início percebemos o perfeito oposto do que foi descrito pelos ex-ministros do MMA: Salles estava empenhado em desconstruir toda a pasta e priorizar o agronegócio,

lembrando que ele havia sido indicado e aprovado por ruralistas. Tinha dado um início a uma política anti-ambiental voltada ao enfraquecimento dos órgãos ambientais em benefício de um fortalecimento das políticas voltadas a permitir ações que anteriormente jamais seriam adotadas por um órgão ambiental competente, como a escolha consciente de deixar de ter pastas dedicadas para tratar das mudanças climáticas e o desmatamento, resultando posteriormente em alguns dos piores índices de desmatamento de todos os tempos.

A gestão de Ricardo Salles também foi marcada por críticas ao Fundo Amazônia, uma parceria entre Brasil, Alemanha e Noruega para financiar projetos de proteção da floresta amazônica, resultando num forte abalo das relações entre Brasil para com os países mantenedores do fundo. Após o ministro insinuar que existiam irregularidades no fundo, sugerindo inclusive que o BNDES, responsável pela administração do fundo, investigasse a situação, o BNDES chegou a afastar a responsável pelo departamento de Meio Ambiente do banco (NEDER, 2019).

Além de acusar o Fundo Amazônia de irregularidades, Salles também atacou as ONGs, mas não se tratou de um caso isolado, visto que as ONGs foram muito atacadas durante toda a sua gestão. As ONGs denunciaram desde de antes da eleição do governo Bolsonaro os riscos de retrocessos nas políticas ambientais caso Bolsonaro fosse eleito. A insistência de Salles de que o Fundo Amazônia precisava ser mudado, mesmo após as investigações não encontrarem nenhum indício de irregularidades com o fundo, resultou no afastamento dos principais financiadores do fundo, Noruega e Alemanha (MARTINS & BARROCAL, 2019).

O fundo continuou a ser administrado pelo BNDES, entretanto recursos começaram a ser congelados e as doações foram interrompidas por parte dos países financiadores. Outro fator causador dos problemas com o Fundo da Amazônia foi o desmantelamento de ambos os conselhos importantes para a gestão do fundo, o Conselho Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (Cfta). Ambos eram formados por membros do governo federal, estadual e com participação popular, porém foram extintos por Bolsonaro em um decreto que ficou conhecido como “decreto do revogaço” no final de julho de 2019 (ANGELO & BRAGANÇA, 2019), decreto também responsável pela extinção de outros órgãos colegiados do MMA e que foi muito mal recebido na época (LISBOA & PRIZIBISCZKI, 2019).

Diante do desmonte promovido pela gestão de Salles, antes mesmo de completar um ano na pasta, os primeiros pedidos de *impeachment* começaram a chegar. Inicialmente os responsáveis por protestar e pedir a saída de Salles foram os próprios funcionários da pasta,

ainda em junho de 2019. Servidores do Ibama e também do BNDES protestaram contra o desmonte que estava acontecendo no MMA, principalmente naquele período em que o Fundo Amazônia estava sendo ameaçado (RODRIGUES, 2019). O primeiro partido político a apresentar formalmente um pedido de impeachment contra Salles foi o Rede Sustentabilidade, no final de agosto de 2019.

O pedido de impeachment foi entregue por senadores e uma deputada da Rede Sustentabilidade ao STF. Para o partido existia um entendimento de que, durante o desmonte promovido por Salles, o ministro estava cometendo crime de responsabilidade por atuar fora do previsto pela Política Nacional do Meio Ambiente (BRAGANÇA, 2019). Este seria apenas o primeiro de muitos pedidos de *impeachment* que Salles viria a sofrer no futuro, mas que nunca resultaram em sua saída precoce do ministério. Servidores do Ibama, ICMBio e MMA também foram ao congresso em 4 de setembro de 2019 apresentar uma carta assinada pela Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional). Os servidores pediam "por um novo titular que compreenda a importância e a dimensão da pasta, defenda a política socioambiental e não tenha sido condenado por improbidade administrativa" (GIRARDI, 2019).

Naquele ano os números de desmatamento apresentaram piora significativa e conseqüentemente as queimadas foram piores que no ano de 2018, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A preocupação com as queimadas na Amazônia atingiu a mídia internacional e em 21 de agosto de 2019 a hashtag #PrayforAmazonas atingiu o topo dos trending topics mundiais no Twitter (PUTTI, 2019). O aumento da fumaça foi tão intenso por conta dos vários focos de incêndios que uma fumaça escura tomou conta do céu da capital de São Paulo em 19 de agosto de 2019, entretanto Salles desdenhou dos fatos e acusou as matérias associando a fumaça em São Paulo com as queimadas como sensacionalistas (PUTTI, 2019).

Além de Salles não levar a sério o aumento das queimadas, chamando tudo de “sensacionalismo ambiental”, o presidente Jair Bolsonaro insinuou publicamente que as ONGs poderiam estar por trás das queimadas, pois estariam revoltadas com a falta de investimentos federais e queriam piorar a imagem do Brasil (PUTTI, 2019). Enquanto isso, outro importante instituto de pesquisa, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) alertava para números recorde naquele ano de 2019 e que entre as causas mais prováveis para o aumento dos focos de incêndios estavam o desmatamento e a prática de queimar para limpar terrenos (PUTTI, 2019; SHALDERS, 2019).

A nota técnica do IPAM contestava uma crença de que o aumento das queimadas se dava por causas naturais relacionadas a estiagens mais prolongadas, por exemplo. Segundo a nota técnica:

Os dez municípios amazônicos que mais registraram focos de incêndios foram também os que tiveram maiores taxas de desmatamento. Estes municípios são responsáveis por 37% dos focos de calor em 2019 e por 43% do desmatamento registrado até o mês de julho. Esta concentração de incêndios florestais em áreas recém-desmatadas e com estiagem branda representa um forte indicativo do caráter intencional dos incêndios: limpeza de áreas recém-desmatadas (SHALDERS, 2019).

Entretanto, predominava o negacionismo e a inação diante dos fatos que eram apresentados. Uma das poucas medidas adotadas pelo governo para evitar novos incêndios durante a crise, por meio de um decreto suspendendo queimadas em todo país por 60 dias, foi editado no final de agosto por Bolsonaro para voltar a permitir queimadas controladas e autorizadas por um órgão ambiental (SORANO & CALGARO, 2019). Outra medida tomada tardiamente pelo governo federal foi um decreto autorizando o uso da Força Nacional no combate às queimadas da Amazônia nos meses de agosto e setembro de 2019, porém restringindo o seu uso a apenas áreas de fronteira, terras indígenas e unidades de conservação federais (MAZUI et al, 2019). Mesmo no auge da crise o Governo Federal insistia em afirmar que a situação estava sob controle, divulgando mapas dos focos de incêndio sem dados claros para sustentar a afirmação de que os incêndios estavam diminuindo (GARCIA, 2019).

Uma das crises de maior repercussão e que também ocorreu em 2019, tendo início entre final de agosto e início de setembro, foi a tragédia ambiental de derramamento de petróleo no litoral nordestino. Segundo dados do G1, no final de setembro já eram 779 localidades atingidas por óleo cru, a situação foi tão crítica que alguns estados como o Sergipe declararam estado de emergência (G1, 2019). Enquanto os Estados atingidos tentavam o seu melhor para conter o dano ambiental causado pelo vazamento de óleo de um navio petroleiro, Salles optou por atacar a ONG Greenpeace pelo simples fato de um navio da organização ter passado perto do litoral brasileiro naquele período. Os ativistas organizaram um protesto em frente ao Palácio do Planalto em Brasília e foram chamados de terroristas pelo ministro do MMA (BORGES, 2019).

Segundo Lellis e Siqueira (2019) o derramamento de óleo rapidamente se tornou uma crise devido ao modo em que o governo respondeu ao problema. Apenas no início de outubro, Bolsonaro pediu uma mobilização da Marinha, Polícia Federal e Órgãos Ambientais Federais para investigar a origem do óleo, rendendo críticas inclusive do Ministério Público Federal



(MPF) de que o Governo Federal foi omissivo (LELLIS & SIQUEIRA, 2019). Outro fator importante a ser considerado era a relação conturbada entre os governadores do nordeste, maioria alinhados à esquerda, com o Governo Federal e o ministro Ricardo Salles. De certa forma, subentende-se de que essa relação pior entre eles contribuiu para a demora do governo de agir, de buscar ajudá-los a enfrentar o óleo que se multiplicava nas praias e matava animais marinhos (LELLIS & SIQUEIRA, 2019).

Certamente uma das falas mais famosas do ministro não ocorreu em 2019, mas em 2020 após o início da pandemia de Covid-19. Durante uma reunião ministerial em abril de 2020, Salles falou abertamente aos demais ministros para que aproveitassem o momento em que a mídia estava focada na pandemia de Covid-19 para “ir passando a boiada”. A sugestão do ministro era aproveitar o momento para “aprovar reformas infralegais de regulamentação e simplificação”, citando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (IPHAN), o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como alvos. Salles ainda afirmou que naquele momento o Governo Federal não precisava de Congresso e todos poderiam agir usando de “parecer, caneta, parecer, caneta” (GONÇALVES, 2020). As filmagens da reunião ministerial foram divulgadas apenas no mês de maio de 2020 após decisão do STF, então quando Salles fez sua fala polêmica, talvez não imaginasse que um dia viesse à público.

O “passar a boiada” dito por Salles não foi esquecido desde então, dando nome à política anti-ambiental sustentada por ele em favor dos interesses do agronegócio. Durante o ano de 2020 foi mais comum encontrar notícias relatando ações de desmonte dos órgãos ambientais e retrocessos na legislação ambiental fazendo associações ao “passar a boiada” dito por Salles. Com isso, ficou ainda mais explícito as reais intenções do ministro e como pretendia explorar um momento de fragilidade, que a mídia estava mais preocupada com o avanço da Covid-19 no Brasil e no mundo, para tomar ações que certamente seriam noticiadas em contexto pré-pandemia.

Além disso, o ano de 2020 foi marcado por muitos cortes no orçamento da pasta, cortes que influenciaram diretamente o funcionamento das suas principais autarquias, Ibama e ICMBio. Recursos que ainda poderiam ser usados do Fundo Amazônia permaneceram a maior parte do ano congelados, sem serem utilizados, inclusive quando novamente o Brasil sofreu com mais queimadas e avanço no desmatamento. Em julho de 2020 mais de R\$ 33 milhões destinados a combater incêndios na Amazônia e fortalecer atividades de fiscalização estavam travados (BORGES, 2020). Também em julho foi a vez do Ministério Público Federal (MPF) de pedir o impeachment de Salles, por causar o desmonte do sistema de

proteção ambiental e também cometer crime de improbidade administrativa (BRAGANÇA, 2020).

Devido a falta de orçamento e diante de uma nova crise por conta das queimadas na Amazônia e Pantanal, Salles chegou a ameaçar interromper todas as ações de combate aos incêndios por conta de um repasse no valor de R\$ 60 milhões bloqueado pelo governo e que seria utilizado para continuar custeando as operações (SHALDERS & ALVIM, 2020). Por conta das críticas, o ministro voltou atrás rapidamente, pois no mesmo dia o valor previsto foi desbloqueado para o ministério. O ano de 2020 foi muito difícil para ambos os biomas, com registros de aumento de 34% no desmatamento da Amazônia, segundo dados do INPE, quando comparados com os anos de 2018 e 2019. Segundo o INPE no Pantanal a situação foi ainda pior, pois os focos de incêndio haviam aumentado 242% até agosto de 2020 (SHALDERS & ALVIM, 2020).

Durante a gestão de Ricardo Salles, o Ibama e ICMBio não sofreram apenas com redução de orçamento, mas também com a perda gradativa de funcionários. No final de outubro de 2020, dados da Ascema Nacional estimavam que em ambas as autarquias a vacância era de 4,5 mil servidores. O número era considerado alto, no Ibama estavam empregados 4,3 mil servidores, seguido de 3,6 mil no ICMBio, com isso o número de vacâncias era superior ao número de servidores ativos em ambos os órgãos (AUGUSTO, 2020). A situação no Ibama era considerada pior, pois os dados indicavam que 84% do total de 2,8 mil aposentadorias eram de servidores do Ibama (AUGUSTO, 2020).

Foram muitas as “boiadas” passadas por Salles ao longo de 2020, tantas que é complexo escolher quais devem ser mencionadas em maior detalhe. Shalders (2020) destacou, em outubro de 2020, a transferência do MMA para o Ministério da Agricultura do poder decisório de concessão de florestas nacionais, o afrouxamento de normas para derrubar legislação que protegia a Mata Atlântica, considerado o bioma mais ameaçado do país, também as curiosas audiências de conciliação para multas ambientais, que aparentemente nunca surtiram efeito, as mudanças no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que resultou na queda drástica de participantes de 96 para 23 e, por fim, as exonerações de importantes servidores ligados às operações de fiscalização do Ibama, muito contestadas por terem ocorrido sempre após operações bem sucedidas contra garimpo ilegal em terras indígenas no Pará (SHALDERS, 2020).

Apesar de todo dano causado, muito ainda foi necessário para resultar na exoneração de Ricardo Salles. Salles sempre manteve sua imagem alinhada à do presidente da república, Jair Bolsonaro e talvez por isso tenha sido tão difícil tirá-lo do comando da pasta. Salles

nunca apresentou real preocupação com pautas ambientais, porém deixava transparecer em vários momentos que buscava agradar somente aqueles que o apoiaram e foram responsáveis por sua indicação, principalmente ao presidente da República (MARTINS, 2019). Certamente seria muito polêmico se Bolsonaro optasse por extinguir o MMA, então uma alternativa igualmente preocupante e devastadora foi possibilitar que o MMA rompesse com todo e qualquer histórico de preservação ambiental em favor dos interesses do agronegócio.

Poderia ter sido ainda pior, muitas ideias não foram pra frente ou conseguiram ser retardadas através de decisões judiciais, principalmente do STF e também muitas puderam ser evitadas pela retaliação sofrida quando decisões polêmicas eram anunciadas, como ocorreu nas primeiras tentativas de transferir a Funai para o controle do Ministério da Agricultura para que eles decidissem sobre a demarcação de terras indígenas (VALENTE, 2019) e também quando Salles revogou um despacho que permitiria invasões na Mata Atlântica de serem legalizadas e desmatadores pudessem ser anistiados (RIBEIRO, 2020). Salles nunca escondeu o desmonte dos órgãos ambientais, seu perfil mais político parecia não permitir que desviasse das oportunidades de aparecer para falar com a mídia. Por conta disso, consequentemente, seu posto de ministro não poderia durar muito tempo e quanto mais o tempo foi passando, pior o rastro de destruição.

## **5.2 Militarização no MMA**

O processo de militarização foi iniciado na gestão de Ricardo Salles, tendo como alvo principalmente o Ibama e ICMBio. Consiste na nomeação de novos servidores para a pasta com histórico militar, podendo ser no exército, polícia militar e afins, comumente sem ter experiência prévia na área ambiental. Estas nomeações militarizadas tendem a ser contestadas inclusive pelos servidores de carreira da pasta, pelo critério da escolha ser o histórico militar e não outros critérios técnicos como experiência e formação acadêmica. As primeiras nomeações de militares datam do final de abril de 2019, logo após o episódio que gerou o pedido de exoneração do ex-presidente do ICMBio, Adalberto Sigismundo Eberhard. Com a saída de Eberhard, três diretores do ICMBio, constrangidos, também pediram exoneração e Salles indicou 4 novos diretores militares para ocupar os cargos (BORGES, 2019; WENZEL, 2019).

Foram indicados além do novo presidente do ICMBio, o coronel da Polícia Militar Homero de George Cerqueira, o major Marcos Aurélio Venâncio e o tenente-coronel Marcos de Castro Simanovic, ambos da Polícia Militar. A Associação dos Servidores da Área

Ambiental Federal (Asibama-DF) reagiu rapidamente às novas nomeações e tentaram barrá-las entrando com uma representação no STJ para suspendê-las, alegando que os novos indicados não possuíam experiência ou qualificação necessárias para se ocupar cargos daquela importância no ICMBio (HOLANDA, 2019). Também foi adotado por Salles uma antiga proposta de Bolsonaro de contratar PMs de folga para fiscalizar unidades de conservação. A proposta de Bolsonaro foi feita em 2014, quando era deputado pelo PP, mas na época foi recusada pela Câmara (BORGES, 2019). Além de ter PMs de folga fazendo “bicos” na fiscalização, militares também assumiram cargos de chefia em algumas unidades, como foi o caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Foi indicado para chefiar o parque o 2º tenente da PM do Maranhão Antonio Vitor Moreira Gonçalves (BORGES, 2019).

É importante ressaltar que as nomeações militarizadas sempre foram contestadas pelos servidores do Ibama e ICMBio, e que os servidores sempre deixaram claro sua insatisfação com as ações adotadas pelo MMA, mesmo diante de impedimentos, pois desde o início da gestão Salles foi imposta ao Ibama e ICMBio uma lei da mordça para tentar silenciá-los (MORAES, 2019). Em agosto de 2019 servidores do Ibama chegaram a enviar uma carta aberta ao presidente da autarquia, Fortunato Bim, indicando detalhadamente quais os setores precisavam de mudanças. Segundo os servidores, “O discurso propagado e as medidas concretas adotadas contra a atuação do IBAMA e ICMBio apontam para o colapso da gestão ambiental federal e estimulam o cometimento de crimes ambientais dentro e fora da Amazônia” (RODRIGUES, 2019).

Segundo Neves (2020) a legislação ambiental assegurava aos servidores ambientais a competência para aplicar multas e abrir processos contra transgressores, mas o trabalho compartilhado do presidente, Jair Bolsonaro, o vice-presidente, Hamilton Mourão e na época ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro era para que essa função virasse uma atribuição policial (NEVES, 2020). No início de 2020, Bolsonaro havia anunciado uma nova força policial chamada de Força Nacional Ambiental, que na prática retiraria funções de fiscais do Ibama. Neves (2020) ainda destaca que existia uma verdadeira queda de braço entre o Governo Bolsonaro e os servidores do Ibama e ICMBio, sempre resistentes e críticos ao desmonte ambiental. Na visão do bolsonarismo, estes servidores agiam motivados por esquerdismo e viés ideológico, mas ao transferir algumas funções para policiais seria possível driblar o problema (NEVES, 2020).

Percebemos em 2020 os reflexos das mudanças nos órgãos ambientais, não apenas com a repetição do problema das queimadas e desmatamento do ano anterior, porém na diminuição expressiva da aplicação de multas ambientais. Segundo Mali e Silva Pinto (2020)

no ano de 2019 o Ibama chegou a diminuir um pouco a aplicação de multas, entretanto a queda foi muito maior em 2020. O Ibama registrou em 2020 2.518 autuações ambientais de janeiro a maio, que comparado com as 5.460 no mesmo período em 2019 indicou uma queda de 54% (MALI & SILVA PINTO, 2020). Os autores também chamaram a atenção para a diminuição do número de fiscais que caiu de 1.311 em 2010 para 591 em 2019 e também que os alertas de desmatamento continuavam altos, sendo o ano de 2019 o recorde de alertas nos últimos onze anos (MALI & SILVA PINTO, 2020).

O plano de militarizar as autarquias continuou ao longo de toda gestão de Salles e também é mantido pelo atual ministro do MMA, Joaquim Leite. Segundo um levantamento de dados da Associação de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), no final de outubro de 2020, 99 militares ocupavam cargos comissionados em nove órgãos federais responsáveis pela gestão de políticas socioambientais no Brasil (TEIXEIRA, 2020). O então presidente da Ascema Nacional, Denis Rivas, alertava que a militarização acentuada poderia indicar um afrouxamento das leis nos setores. Os órgãos com mais servidores militares no levantamento da ABRAJI foram a Funai com 33 servidores, Ibama com 19 servidores e ICMBio com 17 servidores, respectivamente (TEIXEIRA, 2020).

### **5.3 Conflitos internos, madeira ilegal e a exoneração de Salles**

O ano de 2021 foi marcante, foi o ano em que finalmente Salles deixou o MMA, entretanto muito foi necessário para resultar na sua exoneração. Ainda no ano anterior, Ricardo Salles foi expulso de seu partido, na época era filiado ao Partido Novo e tinha concorrido pela sigla como deputado federal representando São Paulo, mas não foi eleito. O Partido Novo já tinha declarado publicamente em agosto de 2019 que nunca indicou Salles e não interferia na gestão da pasta (DE LARA, 2020). Em nota divulgada pelo Partido Novo, a legenda afirmou que o ministro do MMA “não mantinha nenhum contato com o partido quanto aos seus planos, metas e objetivos para a pasta” e acrescentou que só tinham conhecimento de suas ações quando divulgadas publicamente (DE LARA, 2020).

Salles se envolveu em algumas polêmicas no final de 2020 com outros políticos importantes. Primeiro foi o rompimento com o ministro da Secretaria de Governo da Presidência, general Luiz Eduardo Ramos. Salles chamou o colega de “Maria Fofoca” nas redes sociais e o acusou de tentar prejudicar suas ações frente ao MMA (BORGES, 2020). Poucos dias depois, Salles usou suas redes sociais para atacar o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chamando-o de “Nhonho”. Logo após a

repercussão, o ministro alegou que sua conta no twitter foi invadida e excluiu sua conta (ROSA & SOARES, 2020).

Em abril de 2021, Ricardo Salles foi alvo de uma notícia crime. A acusação era de que Salles trabalhou para facilitar a exportação de madeira ilegal. O delegado da Polícia Federal do Amazonas, Alexandre Saraiva, responsável pela notícia crime, acusou envolvimento do senador Telmário Mota (Pros-RR) e ficaria a cargo do STF investigar ou não Salles e Mota. Nas acusações do delegado, poderiam ter sido cometidos os crimes de advocacia administrativa, organização criminosa e o crime de "obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais"(NETTO, 2021). Em 19 de maio de 2021, a operação Akuanduba da Polícia Federal fez buscas na sede do Ministério do Meio Ambiente e em outros endereços do ministro em São Paulo, Brasília e Pará (CASTRO, 2021). O ministro do STF, Alexandre de Moraes, tinha autorizado 35 mandados de busca e apreensão, a quebra dos sigilos fiscal e bancário de Salles e também suspenso um despacho do Ibama de 2020 que autorizava exportar produtos florestais sem emitir autorizações (CASTRO, 2021).

A queda de Salles já era iminente. Segundo Castro (2021) no Planalto alguns assessores acreditavam que Bolsonaro tinha perdido a oportunidade de demitir Salles antes, quando afastou os ministros da Saúde, Eduardo Pazuello e o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em março de 2021. Além disso, o resumo de 2 anos e quatro meses da gestão de Salles era muito negativo, pois segundo Castro (2021) as equipes de fiscalização e órgãos técnicos como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) foram desmantelados, o Brasil perdeu recursos do exterior para proteger a Amazônia, e "os desmatadores e garimpeiros ilegais passaram a ser recebidos com tapetes vermelhos em Brasília"(CASTRO, 2021).

Mesmo após sua demissão, Ricardo Salles em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo em 28 de agosto de 2022, admitiu que se pudesse teria feito ainda mais no Ministério do Meio Ambiente. Segundo Salles, o Brasil tem "leis demais" e também "leis contraditórias" que atrapalhavam a implementação de medidas efetivas de proteção ambiental (FERRARI, 2022). Atualmente candidato a deputado federal pelo PL-SP, Salles afirmou que "gostaria de ter feito mais, mas não foi possível por diversas razões, inclusive legais, por amarras legislativas, razão pela qual na Câmara acho que posso ajudar" (FERRARI, 2022). Ricardo Salles foi exonerado em 23 de junho de 2021 e o nome de Joaquim Leite para substituí-lo foi anunciado no mesmo dia.

#### 5.4 Joaquim Leite - Uma nomeação técnica para salvar a pasta?

A demissão de Ricardo Salles foi muito bem recebida, afinal o ministro anti-ambiental finalmente caiu e segundo Borges (2021) “Ricardo Salles foi a antítese de tudo aquilo que se espera de um chefe de Estado responsável por preservar e fiscalizar um dos maiores ecossistemas do planeta” (BORGES, 2021). Ohana (2021) também concordou de que a demissão de Salles trazia alívio, mas ao entrevistar importantes membros do governo, ficou constatado a presença de muito ceticismo para com o nome de Joaquim Leite indicado para a pasta (OHANA, 2021). Leite possuía um currículo de técnico, anos de experiência com consultoria ambiental e estava trabalhando no MMA desde julho de 2019.

Existia algum otimismo a respeito da nomeação de Leite de que ele fosse ser melhor do que Salles, como foi abordado por Tomazela (2021). Segundo o autor, a engenheira florestal Janaína Dallan, uma das especialistas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, conhecia Joaquim Leite e já tinham participado juntos de um projeto de preservação da floresta (TOMAZELA, 2021). Segundo ela, Leite seria "mais aberto" que Salles, tinha um histórico de ser mais acessível, entretanto a engenheira se preocupava com o alinhamento político de Leite ao Governo Bolsonaro (TOMAZELA, 2021). O professor Doutor em Direito Ambiental da UFRJ, Pedro Vasques, afirmou para Ohana (2021) que a saída de Salles representava “um alívio não só no Brasil, mas também para a comunidade internacional”, porém alertou de que no exterior a tendência era “dar boa-fé ao novo ocupante da pasta e, assim, atraí-lo à agenda global” (OHANA, 2021).

Segundo Oliveira (2021) apesar de celebrarem a saída de Salles, ativistas, especialistas, diplomatas e investidores ouvidos pelo jornal El País não estavam otimistas com a nomeação de Joaquim Leite, que atuava no comando da secretaria da Amazônia antes de ser promovido a ministro (OLIVEIRA, 2021). Na opinião de Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima, Salles não estava saindo por ter tido problemas de performance e sim por obrigação devido a uma questão criminal, Astrini ainda afirmou que “Bolsonaro sempre esteve muito feliz com ele” e que o próximo ministro do Meio Ambiente precisaria entrar e cumprir a mesma agenda, caso o contrário seria trocado (OLIVEIRA, 2021).

Apesar das inseguranças, percebemos que após a nomeação de Leite alguns atores, anteriormente afastados por Salles, tentaram se aproximar do novo ministro. Foi o caso dos governadores da Amazônia Legal que tentavam negociar com o governo a liberação de verbas do Fundo Amazônia e que durante mais de dois anos na gestão de Salles houve pouco avanço

nas negociações, levando os governadores a mover uma ação judicial para o STF (AGUIAR et al, 2021). Devido ao rompimento do Governo Federal com os patrocinadores do Fundo Amazônia, os governadores passaram a buscar parcerias diretas com outros países para financiar ações de combate ao desmatamento na Amazônia, pois quando liberadas verbas do fundo, eram destinadas para emergências como queimadas, o que segundo o governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB) era “apenas a dimensão imediata, mas não resolve o problema” (AGUIAR et al, 2021).

### **5.5 A política anti-ambiental na gestão de Joaquim Leite**

Após a troca de ministro do MMA, na prática a política ambiental não mudou. Dias após a nomeação de Leite, novas nomeações militares ocorreram no Ibama, como foi noticiado por Matsui (2021). O Ibama nomeou mais um militar sem formação ou experiência no setor, dessa vez para ocupar o cargo de diretor de proteção ambiental da autarquia (MATSUI, 2021). Em novembro de 2021 também foi trocado o presidente do ICMBio por outro militar, o coronel da PM Marcos Castro Simanovic, sem explicar o motivo da exoneração do antigo presidente do órgão, o também coronel da PM Fernando Lorencini (MODELLI, 2021). Caso fossemos analisar somente a continuação das nomeações militares, sozinhas seriam um forte indicador de que a política anti-ambiental não mudaria muito.

Segundo Mendes (2021), era muito chamativo o fato de no mesmo dia em que Ricardo Salles foi demitido o nome de Joaquim Leite já ter sido indicado para substituí-lo. Nas palavras de Mendes (2021), o substituto de Salles “estava tão pronto que assumiu a pasta no mesmo dia” e que a partir daquele momento sua gestão seria “caracterizada por um quase silêncio absoluto do ministro, que aparece pouco em eventos externos e pouco fala” (MENDES, 2021). Talvez uma das principais participações em evento do ministro Leite foi sua ida à COP 26 em Glasgow, Escócia, no final de 2021. Apesar de ter participado do evento, ainda existiam críticas quanto às metas apresentadas pelo ministro na COP (MODELLI, 2021).

Quando participou da COP 26, Leite repetia uma fala de Salles de que participaria da COP para cobrar US\$ 100 bilhões em recursos financeiros de outros países, para que assim o Brasil fosse capaz de cumprir com sua parte no Acordo de Paris. Segundo Nêumanne, uma fala desse tipo piorava a situação do Brasil no exterior, pois gerava isolamento do país e também danificava a sua imagem internacional (NÊUMANNE, 2021). Outra promessa de Leite que gerou muitas críticas foi o seu anúncio, durante a COP 26, de que o Brasil estava



comprometido a reduzir em 50% as emissões de gases até 2030 e pretendia atingir a neutralidade de emissões de carbono até 2050, porém mencionou apenas porcentagens (MODELLI, 2021). Essa era a terceira vez em menos de um ano que o Brasil refazia sua meta climática e mesmo que falasse de redução de emissões, na prática a nova meta poderia resultar em mais emissões (MODELLI, 2021). Segundo a coordenadora de Clima e Justiça do Greenpeace Brasil, Fabiana Alves:

O governo não explica como será a base de cálculo da redução de emissões. É importante que isso seja feito para que não haja nova pedalada climática, como houve em dezembro de 2020, na última reformulação das NDCs brasileiras. A mudança da base de cálculo pode fazer com que se permita mais emissões que nas metas passadas. (MODELLI, 2021)

Durante sua participação na COP 26, Joaquim Leite concedeu entrevista à BBC News Brasil, durante a entrevista não aceitou assumir a responsabilidade pelo aumento no desmatamento e também defendeu a mineração como “projeto sustentável” quando bem feita (PASSARINHO, 2021). Após discursar na COP 26, muitos ambientalistas apontaram falácias no discurso do presidente do MMA. O Observatório do Clima (OC) corrigiu algumas das informações apresentadas por Leite em seu discurso, como a de que o Brasil tinha aumentado os gastos com a proteção ambiental na Amazônia, pois mesmo que a pasta previsse gastar mais com a fiscalização ambiental no ano de 2021, destinando verba para o Ibama e ICMBio, na prática o orçamento para as autarquias estava congelado e isso incluía os 3 bilhões ainda congelados no Fundo da Amazônia (MODELLI, 2022). Apesar de ter participado da COP 26, um evento de grande exposição, o padrão do novo ministro era de ser mais silencioso e não ir em tantos eventos como fazia o seu antecessor, Ricardo Salles.

A nova estratégia adotada pelo ministro chamou atenção de funcionários do órgão, como foi relatado anonimamente à reportagem de Mendes por servidores que trabalharam com ele no ministério (2021). O relato de um servidor anônimo, que ainda trabalhava no ministério, era de que no cenário atual inexistia qualquer ruptura e sim um prolongamento da gestão do ex-ministro Salles, o servidor ainda acrescentou que “nunca tinha ouvido falar no Joaquim Leite...e continuo sem ouvir” (MENDES, 2021), deixando claro que o ministro além de não aparecer ao público também era restrito mesmo dentro do próprio ministério.

Podemos teorizar de que era ainda mais perigoso um ministro silencioso no MMA. Enquanto Salles se envolvia em polêmicas frequentemente, não temia falar em público, conceder entrevistas, para falar das políticas de desmonte, Leite faz o completo oposto. Leite se assemelha a um técnico-político, pois apesar de movido por interesses políticos, seguindo

um plano de governo completamente anti-ambiental desde sua origem, também é técnico por dedicar-se ao trabalho, e fazê-lo direito. No caso do MMA, o “trabalhar direito” é “passar a boiada”, enfraquecendo e dismantelando o máximo possível da legislação ambiental brasileira, porém sem mover multidões dispostas a protestar e pressionar no processo.

Como Salles fazia muito barulho, a pressão não era apenas interna e passou a ser externa. As notícias chamavam a atenção de outros países preocupados com o que estava acontecendo no Brasil. O desmonte estava sendo tão anunciado, por ser tão visível e Salles não parecia preocupado que fosse visível. A imagem do Brasil no exterior apenas se deteriorou e não há sinais de que possa se recuperar rapidamente. Os resultados ruins não desapareceram completamente, ainda existem, apenas são menos noticiados, porém o cenário continua tão preocupante quanto antes. Segundo Velada (2022), o planalto também está satisfeito com a mudança de ministro. Leite além de continuar com o trabalho de seu antecessor, tem um perfil mais discreto e ajuda a evitar ruídos, algo que era positivo para que a sociedade e mídia internacional notassem mais as ações positivas e não as negativas (VELADA, 2022).

Para Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima, os resultados da política ambiental brasileira foram tão ruins, que em 2020 o Brasil foi o único país integrante do G20 a aumentar suas emissões, indo na contramão dos outros países que as reduziram, principalmente durante a pandemia (ASTRINI, 2022). Astrini também fez duras críticas à participação brasileira na COP 26, pois os dados indicando a piora no desmatamento, principalmente na Amazônia, foram omitidos pelo ministro (ASTRINI, 2022). Para o Brasil não importava quem seria o ministro do MMA, porque o principal obstáculo, desde o início, foi a política anti-ambiental estabelecida por Jair Bolsonaro (BORGES, 2021).

No ano de 2022, percebemos uma repetição dos anos anteriores, Leite buscando agradar ao presidente da república e continuando com “a boiada” iniciada por Salles. Segundo Bonin (2022), Leite estaria evitando colocar em sua agenda prioritária temas relacionados à Amazônia para agradar Bolsonaro, evitando tocar em problemas sérios como garimpo ilegal e desmatamento para priorizar outras pautas, como a da reciclagem, gestão de resíduos sólidos, limpeza de praias e coleta de lixo eletrônico (BONIN, 2022). Os temas podem até ser importantes, mas existe um consenso até de auxiliares próximos da pasta de que o ministro deveria focar em resolver a crise que toma conta da Amazônia, entretanto o ministro escolheu ficar em silêncio (BONIN, 2022).

Quando não está em silêncio, Leite muitas vezes apresenta dados incorretos, como ocorreu recentemente em julho de 2022. Ao ser questionado sobre o orçamento da pasta, Leite

apresentou números que não batiam com os dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Segundo o ministro, em julho de 2022, 68% do orçamento destinado ao Ministério do Meio Ambiente já tinha sido utilizado, porém dados do SIOP indicavam gastos muito inferiores: 15,8% para o combate aos incêndios florestais e 18% para fiscalização ambiental (ANDRADE, 2022). Leite ainda afirmou que já teria mandando 75% da verba destinada ao ICMBio e 67% para o Ibama, porém quando somados, os valores correspondem a um orçamento maior do que o disponível para o ministério (ANDRADE, 2022).

## **6. ANÁLISE DOS DADOS**

Após a análise das agendas e das reportagens, notamos que de fato existiam diferenças perceptíveis tanto nas agendas quanto na cobertura da mídia sobre ambos os ministros. Enquanto o ministro Ricardo Salles era noticiado frequentemente, em alguns casos com múltiplas notícias em um mesmo dia, Joaquim Leite passou meses seguidos sem ser citado uma única vez no site de notícias do Estadão. Essa diferença foi muito impactante, pois é um forte indicativo de como Joaquim Leite estava trabalhando de modo a chamar menos atenção da mídia, enquanto Ricardo Salles não se preocupava com toda a atenção que chamava para si e para o ministério.

As diferenças nas agendas, mesmo que sutis, também indicavam como os ministros priorizavam certos compromissos e reuniões. Ricardo Salles frequentemente marcava presença em eventos nacionais e também se reunia mais com outros membros do governo, enquanto Joaquim Leite participou de menos eventos no geral, porém se reuniu mais vezes com membros do próprio MMA e outros atores não governamentais. As agendas foram úteis para entender pequenas diferenças na abordagem dos ministros, além de quais eram os pontos divergentes de um perfil “técnico” e político”.

### **6.1 Análise das Agendas Ministeriais**

Como abordado anteriormente, existe uma enorme diferença nos compromissos das agendas, influenciados pelo tempo que cada ministro esteve sob comando do Ministério do Meio Ambiente. Foram contabilizados um total de 670 compromissos em agenda, sendo 266 do ministro Joaquim Leite e 404 do ministro Ricardo Salles, uma diferença de 32,10% e 67,90%, respectivamente. Nos meses analisados, percebe-se que no geral as agendas foram mais cheias no mês de abril, com 37,76% do total de compromissos, seguido do mês de

agosto com 33,58% e o mês menos movimentado foi o mês de novembro com 28,66% do total de compromissos. É importante ressaltar que os meses de agosto e novembro de 2022 não foram contabilizados, somente o mês de abril de 2022.

Quanto a distribuição dos compromissos das agendas, durante pouco mais de 3 anos, o ministro Ricardo Salles esteve comprometido no período estudado 404 vezes, seu mês com maior número de compromissos oficiais foi o mês de abril de 2021, coincidentemente alguns meses antes de sua exoneração, quando em sua agenda constavam 81 compromissos. Seu mês menos movimentado foi abril de 2020, quando constavam apenas 26 compromissos, porém tal fato coincide com um período de grande instabilidade e suspensão dos trabalhos presenciais devido à pandemia de Covid-19.

TABELA 1 - TOTAL DE COMPROMISSOS DOS MINISTROS DO MEIO AMBIENTE

Total Compromissos	Leite	%	Salles	%
670	266	39,70%	404	60,30%
Total Abril 2022	Leite	%	Salles	%
75	75	100,00%	0	0,00%
Total Novembro 2021	Leite	%	Salles	%
85	85	100,00%	0	0,00%
Total Agosto 2021	Leite	%	Salles	%
106	106	100,00%	0	0,00%
Total Abril 2021	Leite	%	Salles	%
81	0	0,00%	81	100,00%
Total Novembro 2020	Leite	%	Salles	%
36	0	0,00%	36	100,00%
Total Agosto 2020	Leite	%	Salles	%
66	0	0,00%	66	100,00%
Total Abril 2020	Leite	%	Salles	%
28	0	0,00%	28	100,00%
Total Novembro 2019	Leite	%	Salles	%
71	0	0,00%	71	100,00%
Total Agosto 2019	Leite	%	Salles	%

53	0	0,00%	53	100,00%
Total Abril 2019	Leite	%	Salles	%
69	0	0,00%	69	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados nas agendas

Devido à nomeação do ministro Joaquim Leite ainda ser recente no momento em que os dados das agendas foram coletados, apenas três meses de sua agenda foram contabilizados, sendo os meses de agosto e novembro, ambos em 2021 e o mês de abril de 2022. Em sua agenda oficial constavam 106, 85 e 75 compromissos, respectivamente. Apesar de ser uma pequena amostra da agenda do ministro Joaquim Leite, é perceptível que dado as condições aplicadas para a coleta dos dados nas agendas, na maioria dos meses analisados o ministro Joaquim Leite estava mais tempo ocupado do que Ricardo Salles, considerando o total de compromissos em ambas as agendas.

Dentre os tipos de atividades presentes nas agendas de ambos os ministros, pudemos classificá-las nas seguintes categorias: Reuniões, Participações em eventos, Despachos Internos, Deslocamentos, Entrevista para a mídia, Telefonemas, Participações em Comissões, Participações em Atividades de fiscalização, Visita Técnica, Cafés, Almoços e Jantares, Licença Médica, Atividades Remotas e as Não Identificáveis. Destacaram-se como mais numerosas em ambas as agendas: Reuniões, Participações em Eventos e Despachos Internos, respectivamente. Apesar disso, ficou claro com o estudo das agendas que a distribuição variou consideravelmente quando as agendas foram comparadas e com isso fica evidente que cada ministro priorizava atividades diferentes.

TABELA 2 - TIPOS DE ATIVIDADE DOS MINISTROS DO MEIO AMBIENTE

Tipo de atividade	Leite	%	Salles	%
Reunião	151	56,77%	214	52,97%
Participação em evento	44	16,54%	48	11,88%
Deslocamentos (Em Trânsito)	10	3,76%	10	2,48%
Despachos Internos	37	13,91%	29	7,18%
Entrevista para a Mídia	6	2,26%	36	8,91%
Telefonemas, Participações em Comissões e Atividades de Fiscalização	3	1,13%	0	0,00%
Visita Técnica	0	0,00%	7	1,73%
Café/Almoço/Jantar	6	2,26%	18	4,46%

Licença Médica	0	0,00%	5	1,24%
Atividades Remotas	0	0,00%	16	3,96%
Não Identificável	10	3,76%	21	5,20%
<b>Total</b>	<b>266</b>	<b>100,00%</b>	<b>404</b>	<b>100,00%</b>

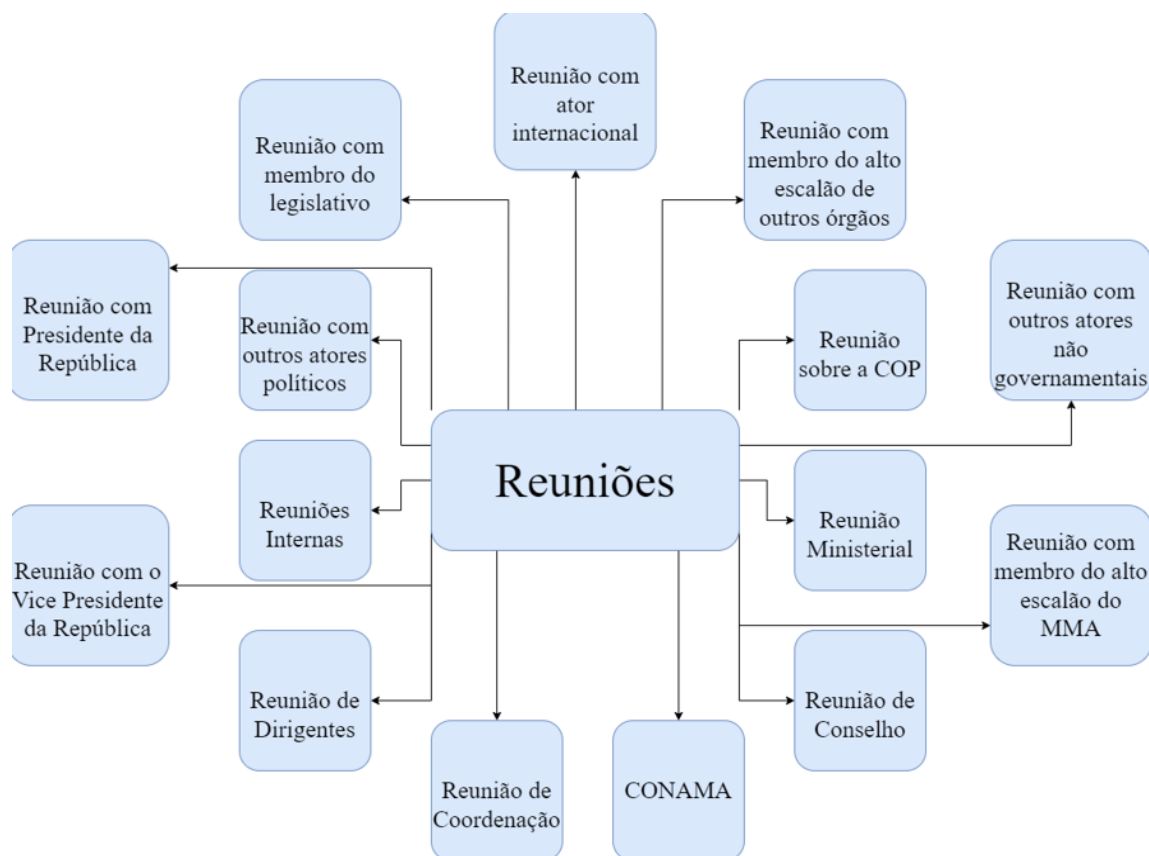
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados nas agendas

O principal destaque foi o número de entrevistas para a mídia concedidas por Ricardo Salles, no total de 36 contra apenas 6 presentes na agenda de Joaquim Leite. Outro destaque da agenda de Ricardo Salles foi o fato de proporcionalmente ter participado menos reuniões do que seu sucessor, apesar de numericamente constarem mais compromissos em sua agenda. Ricardo Salles participou de 214 reuniões, correspondendo a 52,97% do total de compromissos de sua agenda, entretanto Joaquim Leite participou de 151 reuniões, correspondendo a 56,77% do total de seus compromissos.

Podemos destacar da agenda de Joaquim Leite sua baixíssima participação em cafés da manhã, almoços e jantares, constando apenas 6 participações contra 36 de Ricardo Salles. Joaquim Leite também passou menos tempo em deslocamentos do que seu antecessor, apenas 4 vezes, enquanto Ricardo Salles constavam 36 deslocamentos. Alguns tipos de atividades foram identificados apenas na agenda de um dos ministros, como foi o caso de Telefonemas, Participação em Comissão e Participação em Atividades de Fiscalização, cada um aparecendo uma vez na agenda de Joaquim Leite. Já as atividades exclusivas da agenda de Salles foram as visitas técnicas, com 7 aparições, as Atividades Remotas, com 16 aparições e um período de 5 dias de licença médica, quando o ministro se afastou do MMA após testar positivo para Covid-19 em novembro de 2020.

Para cada tipo de atividade também foi incluída uma categoria com uma especificação, sendo esta responsável por indicar com mais clareza a natureza do compromisso na agenda, porém alguns compromissos não necessitavam de uma especificação e para organização dos dados simplesmente repetiu-se o mesmo tipo de atividade para a especificação. Foram contabilizadas múltiplas especificações para as seguintes atividades: Reuniões, Participação em eventos, Entrevistas para a mídia e os Cafés/Almoços/Jantares. Houve um destaque para os diferentes tipos de reunião, sendo 14 especificações diferentes, como é apresentado na figura 1.

FIGURA 1 - ESPECIFICAÇÕES PARA AS REUNIÕES



Apesar de serem muitos tipos de reunião, algumas apresentaram um maior destaque do que outras e contabilizaram mais entradas nas agendas de ambos os ministros. A quantidade de reuniões no recorte temporal estudado foi muito similar e as diferenças no geral foram muito sutis, como podemos observar na tabela 4, porém as reuniões com membros do legislativo apresentaram uma variação numérica maior, aparecendo 39 vezes na agenda de Ricardo Salles e 14 vezes na agenda de Joaquim Leite. Também é perceptível que Ricardo Salles parecia se reunir menos com outros membros do alto escalão do MMA no recorte temporal estudado em comparação com seu sucessor.

A importância dada às reuniões com governadores e outros políticos conhecidos do ministro coincide com as observações de Schneider (1994) de que um ministro político tinha como prioridade assegurar recursos para os seus estados e que também sofriam pressão de governadores e parlamentares em busca de seus interesses regionais (SCHNEIDER, 1994, p. 100-101). Além disso, Borges e Coelho (2015) também chamou a atenção para a necessidade de se dedicar à articulação política. Segundo os autores, ministros políticos dedicavam mais tempo à articulação política com membros do legislativo ou outros membros de alto escalão de outros órgãos (BORGES & COELHO, 2015, p. 72), algo que coincide com o comportamento político de Ricardo Salles.

TABELA 4 - REUNIÕES DOS MINISTROS DO MMA

Reunião	Leite	%	Salles	%
Reunião com membro do alto escalão do MMA	14	9,27%	9	4,23%
Reunião com ator internacional	21	13,91%	22	10,33%
Reunião com membro do legislativo	14	9,27%	39	18,31%
Reunião com o Presidente da República	10	6,62%	10	4,69%
Reunião com o Vice Presidente da República	1	0,66%	1	0,47%
Reunião com Governadores	1	0,66%	6	2,82%
Reunião com membro de alto escalão de outros órgãos	46	30,46%	49	23,00%
Reunião com outros atores políticos	1	0,66%	6	2,82%
Reunião com outros atores não governamentais	25	16,56%	26	12,21%
Reuniões Internas	6	3,97%	3	1,41%
Reunião de Coordenação	0	0,00%	3	1,41%
Reunião de Dirigentes	0	0,00%	2	0,94%
Reunião Ministerial	3	1,99%	5	2,35%
Reunião para a COP25	0	0,00%	4	1,88%
Reunião para a COP26	0	0,00%	1	0,47%
Reunião de Conselho	0	0,00%	13	6,10%
CONAMA	1	0,66%	0	0,00%
Não Identificável	8	5,30%	14	6,57%
Total	151	100,00%	213	100,00%

Fonte: Elaboração própria

Um padrão similar foi observado com as participações em eventos de ambos os ministros, com apenas duas especificações apresentando uma variação maior. Mesmo participando de menos eventos do que seu antecessor, Joaquim Leite participou de mais eventos internacionais, possivelmente associados a sua ida à COP 26 em Glasgow, enquanto Ricardo Salles focou em eventos governamentais e nacionais, como podemos observar na tabela 5. Olhando na agenda os eventos em que Salles participou, percebemos sua relação de proximidade com o presidente da república, Jair Bolsonaro, pois em várias ocasiões participava de eventos acompanhado do presidente da república.

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DOS MINISTROS EM EVENTOS



Participação em Evento	Leite	%	Salles	%
Acordos e Tratados	5	11,36%	7	8,33%
Evento Governamental	1	2,27%	38	45,24%
Evento Nacional	14	31,82%	25	29,76%
Evento Internacional	16	36,36%	3	3,57%
Evento Virtual	2	4,55%	7	8,33%
Cerimônia Cívico-Militar	1	2,27%	2	2,38%
Não Identificável	5	11,36%	2	2,38%
Total	44	100%	84	100%

Fonte: Elaboração própria

Na categoria entrevistas para a mídia, percebemos uma diferença ainda maior entre os ministros, durante o período analisado, Salles concedeu 36 entrevistas para a mídia, distribuídas nas categorias de mídia tradicional, mídia digital e coletiva de imprensa, enquanto Joaquim Leite apenas 6 entrevistas. Essa diferença em torno de conceder entrevistas para a mídia foi abordada por Ana Carolina Amaral no *Podcast Café da Manhã*. Segundo Amaral, Ricardo Salles buscava a imprensa para conceder entrevistas e falar sobre o que estava fazendo no ministério, enquanto Joaquim Leite se distanciou dos holofotes e concedia entrevistas com mais dificuldade (CAFÉ DA MANHÃ, 2022). É possível associar esse distanciamento da mídia ao perfil mais técnico de Leite, entretanto chama a atenção que, em certa medida, a frequência que a mídia noticiou a crise ambiental no Brasil pareceu diminuir após Leite assumir o MMA.

Quanto às participações em cafés, almoços e jantares, os resultados também impressionaram pelo fato do ex-ministro Ricardo Salles ir com frequência a esses compromissos, constando em sua agenda 18 vezes. Já na agenda de Joaquim Leite, os cafés, almoços e jantares apareceram apenas 6 vezes. Os cafés, almoços e jantares receberam especificações correspondentes ao tipo de ator com quem o ministro se encontraria, podendo ser com atores internacionais, atores políticos, atores não governamentais, com o Presidente da República Jair Bolsonaro ou quando ocorreram juntamente de um evento ou para conceder entrevista para a mídia. Nesse período analisado os atores políticos e internacionais foram os que mais participaram de cafés, almoços e jantares com o ex-ministro Ricardo Salles, enquanto os atores não governamentais corresponderam a metade dos atores que se reuniram a Joaquim Leite.

Outros tipos de compromissos, visíveis na tabela 2, mas com poucas entradas nas agendas, também chamaram a atenção. Foi o caso dos despachos internos, a princípio os números parecem muito próximos, com 37 entradas na agenda de Leite contra 29 na agenda de Salles, entretanto Leite ocupava o cargo de ministro a pouco tempo e mesmo assim dedicou-se mais aos despachos internos do que Salles, ao menos no recorte temporal analisado. Alguns dos compromissos menos frequentes apareceram apenas na agenda de um dos ministros, como foi o caso das visitas técnicas, atividades remotas e licença médica, presentes apenas na agenda de Salles, enquanto participação em comissão e telefonemas apareceram somente na agenda de Leite.

As agendas apresentaram bons indicadores do perfil predominante de cada ministro, após concluída a análise dos dados, percebemos de fato uma dedicação maior de Ricardo Salles a eventos, entrevistas e reuniões com outros membros do governo, como deputados, senadores, governadores e outros atores políticos. Em contraste à agenda de Salles, tivemos uma amostra menor da agenda de Joaquim Leite, conquanto indicando que o ministro estava mais voltado para assuntos internos do ministério, participando de menos eventos, concedendo menos entrevistas e se reunindo majoritariamente com membros de alto escalão de outros órgãos, membros de alto escalão do MMA e com outros autores não governamentais.

Percebemos com a análise das agendas que de fato existia uma diferença entre os ministros, um perfil mais político, como o de Salles, para com o perfil técnico-político de Joaquim Leite. Os achados reforçam a discussão proposta pelos estudiosos da burocracia sobre as diferenças entre os perfis. Notamos o interesse de Salles em usar seu tempo como ministro do MMA para ajudar em futuras candidaturas políticas, bem como foi apontado por Borges e Coelho (2015) e também como se dedicou muito mais para a articulação política (BORGES & COELHO, 2015, p. 72). A atitude política de Salles também coincidiu com a observação de Schneider (1994) de que perfis políticos nem sempre se preocupavam com os méritos técnicos das políticas (SCHNEIDER, 1994, p. 101)

O perfil técnico-político apresentado por Joaquim Leite foi muito retratado pelos autores como uma junção dos perfis técnico e político, descrito por Loureiro e Abrucio como “técnicos especializados que agem politicamente, levando em conta interesses, orientações teóricas, políticas e mesmo ideológicas” (LOUREIRO & ABRUCIO, 1999, p. 72). Contudo, percebemos que a postura de Leite não necessariamente seguiu um equilíbrio, como mencionaram Pallotti e Cavalcanti (2019). Para Schneider (1994) os técnicos-políticos eram excelentes mediadores e no caso de Leite o seu papel de mediação foi para conseguir gerir o

MMA buscando afastá-lo das polêmicas, porém continuando com a política anti-ambiental do Governo Bolsonaro.

## **6.2 Análise das reportagens**

Foram 207 reportagens encontradas usando a plataforma digital do Estadão, tendo como critérios de busca os termos “Joaquim Leite MMA” e “Ricardo Salles MMA”. A diferença de reportagens citando cada um dos ministros chama a atenção, pois no período da coleta 16 reportagens mencionaram o ministro Joaquim Leite, contra 191 reportagens mencionando Ricardo Salles. Podemos atribuir a maior quantidade de reportagens ao maior tempo que Ricardo Salles esteve no comando do ministério, mas também ao perfil político do ministro, maior quantidade de manifestações públicas, inclusive nas redes sociais e também mais entrevistas concedidas à mídia.

Considerando que a coleta das reportagens foi interrompida no final de maio de 2022, Joaquim Leite completaria um ano de mandato no final do mês seguinte e continuava com apenas 16 reportagens. Ricardo Salles durante seu primeiro ano no MMA apareceu em 76 reportagens produzidas pelo Estadão. Apesar das poucas reportagens a respeito do ministro Joaquim Leite, foi possível observar que em muitos aspectos o ministro está dando continuidade ao trabalho do seu antecessor, porém com algumas diferenças, como por exemplo, apresentando maior abertura para o diálogo com políticos ou outras entidades que anteriormente não conseguiam conversar com Ricardo Salles.

Durante a etapa de classificação das reportagens, muitos subtemas foram identificados. Os de maior destaque foram: Ibama, ICMBio, Desmonte dos órgãos ambientais, Amazônia, Desmatamento, Crítica a política ambiental, Financiamento e Investigação. As principais categorias em que as reportagens foram publicadas no Estadão pertenciam aos blocos de Sustentabilidade, Política e Economia, respectivamente, correspondendo a 62,80%, 19,81% e 7,25% do total. Outros blocos que apareceram com menor frequência juntos somaram 10,14% do total. Esses blocos são as seções do jornal Estadão em que as notícias sobre os ministros foram publicadas com mais frequência, ou seja, trata-se de como o jornal classificou suas matérias em seus cadernos temáticos.

Quanto à análise das reações de cada reportagem, presente na tabela 7, nota-se que quando considerado a avaliação geral, englobando todas as matérias, predominaram as reações negativas, correspondendo a 72,95% de todas as reportagens, seguida por 19,32%

neutras e 7,73% positivas. Algo semelhante foi identificado com as reportagens de Ricardo Salles, porém no seu caso o número de reações negativas foi ainda maior: 75,92%, seguido por 17,80% de reações neutras e 6,28% positivas. Foi interessante observar que as reações de Joaquim Leite apresentaram um empate técnico, pois ambas as reações negativas e neutras empataram com 37,50% cada e as reações positivas corresponderam a 25,00% do total. O número de reportagens, entretanto, pode ter influenciado, pois foram poucas reportagens sobre Joaquim Leite e o mesmo talvez não ocorreria se mais reportagens fossem analisadas.

TABELA 6 - ANÁLISE COMPARADA DE SENTIMENTO DAS REPORTAGENS

Reação (Joaquim Leite)	Positiva	Negativa	Neutra	Total
	4	6	6	16
	25,00%	37,50%	37,50%	100,00%
Reação (Ricardo Salles)	Positiva	Negativa	Neutra	Total
	12	145	34	191
	6,28%	75,92%	17,80%	100,00%
Reação Geral	Positiva	Negativa	Neutra	Total
	16	151	40	207
	7,73%	72,95%	19,32%	100,00%

Fonte: Elaboração própria

Os resultados da análise de sentimento indicam que Ricardo Salles foi muito prejudicado por sua exposição negativa na mídia, certamente por sua excessiva exposição como ministro e suas ações de desmonte dos órgãos ambientais. É importante lembrar que ministros de perfis políticos costumam usar suas ações no ministério como trampolim para futuras candidaturas, como afirmou Borges e Coelho (2015) e para isso também buscam mais prestígio e influência (BORGES & COELHO, 2015, p. 75). Já os resultados um pouco melhores de Joaquim Leite, não indicam que seus resultados foram melhores no geral. Na verdade, percebemos um distanciamento dos holofotes influenciando na quantidade de matérias publicadas a seu respeito, certamente por querer minimizar os danos causados por Salles. Leite também foi indicado por Bolsonaro e segundo Borges e Coelho (2015) quando um ministro mais técnico é indicado pelo chefe do Executivo é para garantir a efetividade das políticas públicas e também que o nome indicado realize uma gestão efetiva (BORGES &

COELHO, 2015, p. 76). Contudo, nesse caso, a preocupação é em manter a política anti-ambiental.

## 7. CONCLUSÃO

O perfil político de Ricardo Salles é visível não apenas pelo teor de sua indicação, sendo um dos ministros mais próximos do presidente Jair Bolsonaro, mas também por ter um histórico de trabalhar para o governo de São Paulo antes do convite para assumir o ministério. Salles também tentou uma candidatura em 2018 para deputado federal, representando o Estado de São Paulo, mas não foi eleito. Mesmo após deixar o ministério, Salles tenta uma nova candidatura como deputado federal por outro partido. Em sua agenda pública existia uma preocupação em participar de mais compromissos midiáticos e também reuniões frequentes com outros atores políticos, principalmente membros do legislativo, podendo inferir que o ministro estava mais envolvido com a articulação política.

É possível identificar na gestão de Salles que além da clara política anti-ambiental adotada por ele: evidencia-se que Salles trabalhava para aqueles que o indicaram para o ministério. Salles conduziu os órgãos ambientais de modo a agradar o presidente da república, Jair Bolsonaro e seus aliados ruralistas, principais responsáveis pela sua nomeação para o cargo, visto que nem o seu partido na época interferiu na escolha de seu nome. Bolsonaro declarou publicamente que queria como ministro do MMA um nome de confiança dos ruralistas, ou isso ou provavelmente o ministério teria o mesmo fim do Ministério do Trabalho: a extinção, ou uma segunda possibilidade seria ter seu status reduzido a uma secretária do Ministério da Agricultura, já que desde o início estava claro que os ruralistas queriam o controle da pasta.

Diferente de seu antecessor, o ministro Joaquim Leite assumiu o Ministério do Meio Ambiente com um perfil considerado mais técnico do que político, pois Leite já trabalhava no MMA desde 2019. Salles foi exonerado devido à pressão acumulada com o início das investigações da Polícia Federal sobre seu envolvimento com exportação ilegal de madeira da Amazônia. Joaquim . O perfil técnico de Joaquim Leite refletiu em sua agenda pública de modo a enfatizar menos tempo em entrevistas ou eventos públicos e se concentrar mais nas reuniões e assuntos internos do ministério, entretanto um perfil diferente não resultou em mudanças reais no MMA.

Os dados analisados mostram que o ministro Joaquim Leite aparenta ter um perfil mais técnico-político do que somente técnico. Leite continuou “passando a boiada” assim como seu antecessor, porém com o agravante de conseguir fazer isso longe dos holofotes, visando preservar a imagem do ministério. É seguro dizer que o perfil de um ministro nem sempre indica corretamente como vai exercer suas funções, pois para isso dependemos de muitos outros fatores. Não adiantaria ter um ministro técnico em um governo cujo principal objetivo é dismantelar o ministério, enfraquecer suas autarquias e entregá-lo para o controle do agronegócio, dos ruralistas e dos militares. Um ministro técnico no MMA resultaria apenas em sua exoneração relâmpago, pois jamais compactuaria com destruir um trabalho que levou anos para ser consolidado.

Cabe agora ao Brasil do futuro, olhar para trás e reconhecer os erros cometidos. Muito do dano ambiental noticiado ao longo dos últimos 4 anos é irreversível, mas nem tudo está perdido para o Brasil. É possível corrigir muitos dos erros em gestões futuras, mas para isso é necessário primeiro reconhecê-los, admitir quais foram os erros e não tentar escondê-los diante do resto do mundo. Como disse Borges (2021), “não importa quem seja o ministro, há Bolsonaro” (BORGES, 2021). Mesmo que Bolsonaro não seja reeleito em 2022, os ruralistas, madeireiros ilegais, garimpeiros, grileiros e afins não desaparecerão em 2023. Contudo, para conseguir alguma mudança, primeiro é necessário que haja mais transparência, mobilização popular e conscientização sobre os problemas ambientais a serem resolvidos.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera. **Brazil: Environmentalism and Environmental Policy**; Encyclopedia of Public Administration and Public Policy, Third Edition, Volume I. Págs 204-208. Taylor & Francis Group, LLC. 2016.

ABERS, Rebecca N.; OLIVEIRA, Marília S. **Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos**. Opinião Pública, v. 21, n. 2, p. 336- 364, 2015.

ALMEIDA, Eloísa Machado de. **STF retoma julgamentos e evita ações polêmicas às vésperas das eleições**. 2022. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/stf-retoma-julgamentos-e-evita-acoes-polemicas-as-vesperas-das-eleicoes.shtml> Acesso em: 03/08/2022

ANDRADE, Tainá. **Ministro do Meio Ambiente apresenta números de repasse que não batem com o SIOP**. 2022. Correio Braziliense. <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/07/5020499-ministro-do-meio-ambiente-apresenta-numeros-de-repasse-que-nao-batem-com-siop.html>

ANGELO, Claudio; BRAGANÇA, Daniele. **Embaixadores da Noruega e Alemanha não descartam saída do Fundo Amazônia**. 2019. Jornal (o)eco. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/embaixadores-da-noruega-e-alemanha-nao-descartam-saida-do-fundo-amazonia/> Acesso em: 08/09/2022

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in the Legislative Arena**. Brazilian Political Science Review [online]. 2020, v. 14, n. 2. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/BvykxZmxfgSHpTKj67jSmfQ/?lang=en> Acesso em: 26 jul. 2022

ASTRINI, Marcio. **Os resultados do ‘ambientalismo de resultados’**. 2022. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/01/os-resultados-do-ambientalismo-de-resultados.shtml> 28/08/2022

AUGUSTO, Otávio. **Coronel da PM ambiental de São Paulo assumirá presidência do ICMBio**. 2019. Metrôpoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/coronel-da-pm-ambiental-de-sao-paulo-assumira-presidencia-do-icmbio> Acesso em: 25/08/2022

AUGUSTO, Otávio. **Ibama e ICMBio perderam 2,8 mil servidores em 10 anos. Déficit vai a 4 mil**. 2020. Metrôpoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/meio-ambiente-brasil/ibama-e-icmbio-perderam-28-mil-se-rvidores-em-10-anos-deficit-vai-a-4-mil> Acesso em: 27/08/2022

BRAGANÇA, Daniele. **Fundador do Endireita Brasil, Ricardo Salles é o novo ministro do Meio Ambiente**. 2018. Jornal (o)eco. Disponível em:

<https://oeco.org.br/noticias/fundador-do-endireita-brasil-ricardo-salles-e-o-novo-ministro-do-meio-ambiente/> Acesso em: 18/08/2022

BRAGANÇA, Daniele. **Rede apresenta pedido de impeachment contra Ricardo Salles.** 2019. Jornal (o)eco. Disponível em:  
<https://oeco.org.br/noticias/rede-apresenta-pedido-de-impeachment-contra-ricardo-salles/>  
Acesso em: 26/08/2022

BRAGANÇA, Daniele. **MPF pede o afastamento imediato de Ricardo Salles do cargo de Ministro do Meio Ambiente.** 2020. Jornal (o)eco. Disponível em:  
<https://oeco.org.br/noticias/mpf-pede-o-afastamento-imediato-de-ricardo-salles-do-cargo-de-ministro-do-meio-ambiente/> Acesso em: 27/08/2022

BRANDFORD et al. **Bolsonaro dá forma à administração: Amazônia, indígenas e sem-terra em risco.** 2018. Mongabay Brasil. Disponível em:  
<https://brasil.mongabay.com/2018/12/bolsonaro-da-forma-a-administracao-amazonia-indigenas-e-sem-terra-em-risco/> Acesso em: 24/04/2022.

BONIN, Robson. **Ministro do Meio Ambiente ‘esquece’ Amazônia na agenda da pasta.** 2022. Revista Veja. Disponível em:  
<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/ministro-do-meio-ambiente-esquece-amazonia-na-agenda-da-pasta/> Acesso em: 29/08/2022

BORGES, André. **Ministro Salles corta 24% do orçamento do Ibama.** 2019. Estadão. Disponível em:  
<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-ricardo-salles-manda-cortar-24-do-orcamento-do-ibama,70002806082> Acesso em: 21/08/2022

BORGES, André. **Governo Bolsonaro quer contratar PM de folga para fiscalizar Amazônia.** 2019. Estadão. Disponível em:  
<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,governo-bolsonaro-quer-contratar-pm-de-folga-para-fiscalizar-amazonia,70002850738> Acesso em: 28/08/2022

BORGES, André. **Bolsonaro tentou colocar PMs na Amazônia em 2014, mas plano foi rejeitado.** 2019. Estadão. Disponível em:  
<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-tentou-colocar-pms-na-amazonia-em-2014-mas-plano-foi-rejeitado,70002851888> Acesso em: 28/08/2022

BORGES, André. **ICMBio começa a nomear policiais para chefiar unidades de conservação.** 2019. Estadão. Disponível em:  
<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,icmbio-comeca-a-nomear-policiais-para-chefiar-unidades-de-conservacao,70002899235> Acesso em: 28/08/2022

BORGES, André. **Salles insinua que navio do Greenpeace estava onde teria ocorrido o derramamento de óleo.** 2019. Estadão. Disponível em:  
<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,salles-insinua-que-navio-do-greenpeace-estava-local-onde-teria-ocorrido-derramamento-de-oleo,70003062232> Acesso em: 27/08/2022



BORGES, André. **Associação de servidores do Ibama protesta contra nomeações de militares por Salles.** 2020. Estadão. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.associacao-de-servidores-do-ibama-protam-contranomeacoes-de-militares-por-salles.70003515504> Acesso em: 28/08/2022

BORGES, André. **Ibama e ICMBio acumulam mais de R\$ 25 milhões de dívidas; combates a incêndios são interrompidos.** 2020. Estadão. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.com-combates-a-incendios-paralisados-ibama-e-icmbio-acumulam-mais-de-r-25-milhoes-de-dividas.70003484742> Acesso em: 21/08/2022

BORGES, André. **Governo trava repasse de R\$ 33 milhões que seria destinado à Amazônia.** 2020. Estadão. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.governo-travou-repasse-de-r-33-milhoes-que-seria-destinado-a-amazonia.70003358326> Acesso em: 27/08/2022

BORGES, André. **Salles rompe com ministro Ramos e chama colega de ‘Maria Fofoca’.** 2020. Estadão. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.salles-rompe-com-ministro-ramos-em-meio-a-disputa-por-ministerio-do-meio-ambiente.70003486396> Acesso em: 28/08/2022

BORGES, André. **Cai o ministro anti-ambiental; leia bastidores.** 2021. Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.cai-o-ministro-anti-meio-ambiente-leia-bastidores.70003756609> Acesso em: 21/04/2022.

CAFÉ DA MANHÃ : **Como Joaquim Leite repete Salles no Meio Ambiente.** [Locução de]: Bruno Boghossian; Magê Flores; Maurício Meireles.. Entrevistada: Ana Carolina Amaral. São Paulo: Folha de São Paulo, 5 jul. 2022. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2smCAe6pgr4UXaaBre4ys2>. Acesso em: 2 ago. 2022.

CASTRO, Rodrigo. **Akuanduba, a operação que mirou Ricardo Salles.** 2021. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/akuanduba-operacao-que-mirou-ricardo-salles-25027404> Acesso em: 28/08/2022

COELHO, Denilson; BORGES, André. 2015. **O Preenchimento de Cargos da Burocracia Pública Federal no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro.** 2015. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

DE LARA, Mahila Ames. **Ricardo Salles diz que foi expulso do Partido Novo.** 2020. Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ricardo-salles-diz-que-foi-expulso-do-partido-novo/> Acesso em: 28/08/2022

FELLET, João. **Família de novo ministro do Meio Ambiente disputa posse de terra em SP.** 2021. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57590288> Acesso em: 19/08/2022

FERRARI, Hamilton. **Gostaria de ter feito mais no Meio Ambiente, diz Ricardo Salles. 2022. Poder360.** Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/eleicoes/gostaria-de-ter-feito-mais-no-meio-ambiente-diz-ricardo-salles/> Acesso em: 28/08/2022

FRAGA, César. **Manchetes contra o governo são desproporcionais.** 2014. Jornal Extra Classe. Disponível em:

<https://www.extraclasse.org.br/geral/2014/10/manchetes-contra-o-governo-sao-desproporcionais/> Acesso em: 18/08/2022

G1. **Bolsonaro diz que negociou com ministro do Meio Ambiente “uma limpa” no Ibama e no ICMBio.** 2019. G1. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/04/29/bolsonaro-diz-que-negociou-com-ministro-do-meio-ambiente-uma-limpa-no-ibama-e-no-icmbio.ghtml> Acesso em: 22/08/2022

G1. **Manchas de óleo no Nordeste: o que se sabe até agora sobre o problema.** 2019. G1. Disponível em:

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/26/manchas-de-oleo-no-nordeste-o-que-se-sabe-sobre-o-problema.ghtml> Acesso em: 27/08/2022

GARCIA, Gustavo. **Governo mostra mapas para dizer que queimadas na Amazônia diminuiram, mas não dá números.** 2019. G1. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/28/governo-mostra-mapas-para-dizer-que-queimadas-na-amazonia-diminuiram-mas-nao-da-numeros.ghtml> Acesso em: 27/08/2022

GHZ. **Quem é Ricardo Salles, confirmado por Bolsonaro para o Ministério do Meio Ambiente.** 2018. GHZ. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2018/12/quem-e-ricardo-salles-confirmado-por-bolsonaro-para-o-ministerio-do-meio-ambiente-cjphcxqd00k4r01rx2gdeac29.html> Acesso em: 18/08/2022

GIRARDI, Giovana. **Mudança do clima e combate ao desmatamento somem no Meio Ambiente de Bolsonaro.** 2019. Estadão. Disponível em:

<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/mudanca-do-clima-e-combate-ao-desmatamento-somem-no-meio-ambiente-de-bolsonaro/> Acesso em: 21/08/2022

GIRARDI, Giovana. **Presidente do Ibama pede exoneração após apontar ‘desconhecimento’ da gestão Bolsonaro.** 2019. Estadão. Disponível em:

<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/presidente-do-ibama-pede-exoneracao-apos-apontar-desconhecimento-da-gestao-bolsonaro/> Acesso em: 21/08/2022

GIRARDI, Giovana. **Servidores pedem saída de ministro Ricardo Salles como solução para crise ambiental.** 2019. Estadão. Disponível em:

[sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/servidores-pedem-saida-de-ministro-ricardo-salles-como-solucao-para-crise-ambiental/](https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/servidores-pedem-saida-de-ministro-ricardo-salles-como-solucao-para-crise-ambiental/) Acesso em: 27/08/2022

GONÇALVES, Eduardo. **Ricardo Salles fala em aproveitar a pandemia para “ir passando a boiada”**. 2020. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ricardo-salles-fala-em-aproveitar-a-pandemia-para-ir-passando-a-boiada/> Acesso em: 27/08/2022

GONÇALVES, Eduardo. **“Eu vim do agro”, diz novo ministro do Meio Ambiente em vídeo**. 2021. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/eu-vim-do-agro-diz-novo-ministro-do-meio-ambiente-em-video/> Acesso em: 19/08/2022

GORTÁZAR, Naiara G; BETIM, Felipe. **Uma inédita frente de ex-ministros do Meio Ambiente contra o desmonte de Bolsonaro**. 2019. El País. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/politica/1557338026\\_221578.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/politica/1557338026_221578.html) Acesso em: 26/08/2022

HOCHSTETLER, K. KECK, M.E. **Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society**; Duke University Press: Durham and London, 2007.

HOCHSTETLER, Kathryn. **Tracking presidents and policies: environmental politics from Lula to Dilma**. Policy Studies, 38 (3). pp. 262-276. 2017. ISSN 0144-2872.

HOCHSTETLER, K. **Climate institutions in Brazil: three decades of building and dismantling climate capacity**. Environmental Politics 30(sup1): 49-70. 2021.

HOLANDA, Marianna. **Citando decreto de Bolsonaro, servidores tentam suspender indicações de policiais militares no ICMBio**. 2019. Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/citando-decreto-de-bolsonaro-servidores-tentam-suspender-indicacao-de-policiais-militares-no-icmbio/> Acesso em: 28/08/2022

LELLIS, Leonardo; SIQUEIRA, André. **Como o derramamento de óleo no litoral do Nordeste virou uma crise**. 2019. Revista Veja. Disponível em: [veja.abril.com.br/brasil/como-o-derramamento-de-oleo-no-litoral-do-nordeste-virou-uma-crise/](https://veja.abril.com.br/brasil/como-o-derramamento-de-oleo-no-litoral-do-nordeste-virou-uma-crise/) Acesso em: 27/08/2022

LISBOA, Carolina; PRIZIBISCZKI, Cristiane. **“Revogação” extingue órgãos colegiados do Ministério do Meio Ambiente**. 2019. Jornal (o)eco. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/revogacao-extingue-orgaos-colegiados-do-ministerio-do-meio-ambiente/> Acesso em: 08/09/2022

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Política e Burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 1999, v. 14, n. 41

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; ROSA, Carlos Alberto. **Radiografia da alta burocracia federal brasileira: o caso do Ministério da Fazenda**. Revista do Serviço Público. 1998. Ano 49 - n.4.Out-Dez 1998.

MAISONNAVE, Fabiano; SPERB, Paula. **Presidente do ICMBio pede demissão após ameaça de Salles de investigar agentes**. 2019. Folha de São Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/04/presidente-do-icmbio-pede-demissao-apos-salles-ameacar-investigar-agentes.shtml> Acesso em: 22/08/2022

MALI, Tiago; SILVA PINTO, Paulo. **Ibama aplica o menor número de multas em 21 anos**. 2020. Poder360. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/brasil/ibama-aplica-o-menor-numero-de-multas-em-21-anos-m/> Acesso em: 28/08/2022

MARTINS, Leonardo. **Entenda a polêmica da fala do ministro do Meio Ambiente sobre Chico Mendes**. 2019. Uol. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/02/13/roda-viva-chico-mendes-ricardo-salles-irrelevante.htm> Acesso em: 26/08/2022

MARTINS, Rodrigo. **Ricardo Salles e a missão de implodir o Ministério do Meio Ambiente**. 2019. Revista Carta Capital. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/ricardo-salles-e-a-missao-de-implodir-o-ministerio-d-o-meio-ambiente/> Acesso em: 26/06/2022

MATSUI, Naomi. **Governo nomeia como diretor do Ibama militar sem formação ambiental**. 2021. Metrôpoles. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/columnas/guilherme-amado/governo-nomeia-como-diretor-do-ibama-militar-sem-formacao-ambiental> Acesso em: 29/08/2022

MAZUI, Guilherme; BARBIÉRI, Luiz Felipe; GARCIA, Gustavo. **Bolsonaro autoriza uso das Forças Armadas no combate a queimadas na Amazônia**. 2019. G1. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/23/bolsonaro-autoriza-uso-das-forcas-armadas-no-combate-a-queimadas-na-amazonia.ghtml> Acesso em: 27/08/2022

MEIRELES, Taís. **Acordo de Paris completa 5 anos com lições aprendidas**. 2020.

WWF-Brasil. Disponível em:

<https://www.wwf.org.br/?77471/Acordo-de-Paris-completa-cinco-anos-com-licoes-aprendidas> Acesso em: 25/08/2022

MENDES, Guilherme. **Em silêncio, novo ministro do meio ambiente reproduz política de Salles**. 2021. Uol. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/balanco-de-joaquim-leite-ministro-do-meio-ambiente/> Acesso em: 29/08/2022

MENDONÇA SOBRINHO, Milton de Souza. **Perdas e ganhos de office e policy payoffs em três ministérios brasileiros**. 2018. 234 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MENEZES, R. G; R. **Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition**. Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft 15(2): 229-247. 2021.

MODELLI, Laís. **Governo nomeia coronel da PM para presidência do ICMBio; militar é o quarto a presidir o órgão ambiental em menos de três anos.** 2021. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/11/10/governo-nomeia-coronel-da-pm-para-presidencia-do-icmbio-militar-e-o-quarto-a-presidir-o-orgao-em-menos-de-tres-anos.ghtml>  
Acesso em: 29/08/2022

MODELLI, Laís. **COP26: ministro do meio ambiente anuncia nova meta climática, com redução de 50% das emissões até 2030.** 2021. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/cop-26/2021/noticia/2021/11/01/cop26-ministro-do-meio-ambiente-fala-em-nova-meta-climatica-com-reducao-de-50percent-das-emissoes-ate-2030.ghtml>  
Acesso em: 29/08/2022

MOURA, Adriana Maria Magalhães de, **Trajatória da Política Ambiental Federal no Brasil**, 2016, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8470>

MORAES, Fernando Tadeu. **Ministério do Meio Ambiente perde serviço florestal para a Agricultura.** 2019. Folha de São Paulo. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministerio-do-meio-ambiente-perde-servico-florestal-para-a-agricultura.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministerio-do-meio-ambiente-perde-servico-florestal-para-a-agricultura.shtml) Acesso em: 25/08/2022

MORAES, Fernando Tadeu. **Ministério do Meio Ambiente impõe mordça ao Ibama.** 2019. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/03/ministerio-do-meio-ambiente-impoe-mordca-ao-ibama.shtml> Acesso em: 28/08/2022

NETTO, Vladimir. **Polícia Federal aciona o Supremo contra Ricardo Salles e diz que ministro dificultou ação de órgãos ambientais.** 2021. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/04/14/policia-federal-apresenta-queixa-crime-contra-ricardo-salles.ghtml> Acesso em: 28/08/2022

NÊUMANNE, José. **Brasil atual é mendigo e chantagista.** 2021. Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/neumanne/brasil-atual-e-mendigo-e-chantagista/> Acesso em: 29/08/2022

NEVES, Rafael. **Com auxílio de Moro, Bolsonaro e Mourão trabalham para esvaziar poder do Ibama e ICMBio.** 2020. The Intercept Brasil. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/02/18/bolsonaro-mourao-moro-esvaziam-ibama/> Acesso em: 21/08/2022

OHANA, Vitor. **Demissão de Salles trás alívio, mas não expectativa de mudanças.** 2021. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/demissao-de-salles-traz-alivio-mas-nao-expectativas-de-mudanca/> Acesso em: 28/08/2022

OLIVEIRA, Regiane. **Troca de comando no Meio Ambiente deve apenas alterar o trajeto da “boiada” de Ricardo Salles.** 2021. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-27/troca-de-comando-no-meio-ambiente-deve-alterar- apenas-o-trajeto-da-boiada-de-ricardo-salles.html> Acesso em: 26/08/2022

PALLOTTI, Pedro Lucas de Moura e CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. **Estratégias de Nomeações Ministeriais: entre a política e as políticas públicas**. Revista de Sociologia e Política [online]. 2019, v. 27, n. 70. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4v43yYbqq3vNwMzpvW5rSt/?lang=pt#> Acesso em: 2 ago. 2022.

PASSARINHO, Nathalia. **COP26: Ministro do Meio Ambiente defende mineração e se nega a assumir erros por alta de desmatamento**. 2021. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59276958> Acesso em: 29/08/2022

PODER360. **Ex-secretário de Alckmin, Ricardo Salles comandará Meio Ambiente**. 2018. Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ex-secretario-de-alckmin-ricardo-salles-comandara-meio-ambiente/> Acesso em: 18/08/2022

PODER360. **Ministro diz que há consenso sobre permanência do Brasil no Acordo de Paris**. 2019. Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ministro-diz-que-ha-consenso-sobre-permanencia-do-brasil-no-acordo-de-paris/> Acesso em: 25/08/2022

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS, **Sobre – Ministério do Meio Ambiente**. Brasília. Disponível em: <https://dados.gov.br/organization/about/ministerio-do-meio-ambiente-mma> Acesso em: 20/04/2022.

PORTAL DO MMA. **Currículo Ricardo de Aquino Salles**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem-1/gabinete-do-ministro-de-estado-do-meio-ambiente/CurruculoRicardodeAquinoSalles.pdf> Acesso em: 23/04/2022.

PORTAL DO MMA. **Currículo Joaquim Álvaro Pereira Leite**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem-1/gabinete-do-ministro-de-estado-do-meio-ambiente/joaquimleite.pdf> Acesso em: 23/04/2022.

PUTTI, Alexandre. **Queimadas na Amazônia ganham repercussão na imprensa internacional**. 2019. Revista Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/queimadas-na-amazonia-ganham-repercussao-na-imprensa-internacional/> Acesso em: 27/08/2022

PUTTI, Alexandre. **Bolsonaro culpa “ONGs que perderam grana” por incêndio na Amazônia**. 2019. Revista Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-culpa-ongs-que-perderam-grana-por-incendio-na-amazonia/?fbclid=IwAR0zIJ0JxWFHTPyRK9eMAwBgBS8aytwgemgDARRRDLWfxPbGuBBsn3UvDA> Acesso em: 27/08/2022

RIBEIRO, Luci. **Salles revoga despacho de abril que regularizava invasão na Mata Atlântica**. 2020. Estadão. Disponível em:

<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral.salles-revoga-despacho-de-abril-que-regularizava-invasoes-na-mata-atlantica.70003324399> Acesso em: 27/08/2022

RODRIGUES, Sabrina. **Servidores do BNDES e Ibama protestam contra ataques ao Fundo Amazônia**. 2019. Jornal (o)eco. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/servidores-do-bndes-e-ibama-protestam-contra-ataques-ao-fundo-amazonia/> Acesso em: 27/08/2022

RODRIGUES, Sabrina. **Ibama lança carta aberta com medidas contra o desmonte do órgão**. 2019. Jornal (o)eco. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/ibama-lanca-carta-aberta-com-medidas-contra-o-desmonte-do-orgao/> Acesso em: 28/08/2022

SCHNEIDER, Ben Ross. **Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil**. 1994. Editora Sumaré.

ROSA, Vera; SOARES, Jussara. **Após chamar Maia de ‘Nhonho’, Salles diz que alguém usou seu Twitter indevidamente e exclui conta**. 2020. Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.apos-se-referir-a-ramos-como-maria-fofoca-salles-chama-maia-de-nhonho.70003493264> Acesso em: 28/08/2022

SCHREIBER, Mariana. **STF mantém a demarcação de terras indígenas no Ministério da Justiça, ao menos esse ano**. 2019. BBC News Brasil. Acesso em: 21/08/2022

SHALDERS, André. **Locais com mais queimadas também tiveram mais desmatamento, diz estudo**. 2019. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49443561> Acesso em: 27/08/2022

SHALDERS, André. **Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou as regras ambientais**. 2020. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652> Acesso em: 27/08/2022

SHALDERS, André; ALVIM, Mariana. **Após reações, Meio Ambiente recua e manterá operações na Amazônia e Pantanal**. 2020. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53954636> Acesso em: 27/08/2022

SOARES, Ingrid. **Bolsonaro defende Salles: “Herança de Ministério é uma penca de processos”**. 2021. Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4933005-bolsonaro-defende-salles-heranca-de-ministerio-e-uma-penca-de-processos.html> Acesso em: 18/08/2022

SORANO, Vitor; CALGARO, Fernanda. **Governo muda decreto e permite queimadas para agricultura fora da Amazônia**. 2019. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/31/governo-altera-decreto-e-restringe-proibicao-de-queimada-a-amazonia-legal.ghtml> Acesso em: 27/08/2022

SOUZA, Dayanne; KRUSE, Tulio. **No twitter, Bolsonaro critica gastos do Ibama; órgão aponta ‘completo desconhecimento’**. 2019. Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.bolsonaro-fala-em-sistema-para-violentar-financas-apos-ministro-apontar-gasto-com-carros.70002669308> Acesso em: 26/08/2022

TEIXEIRA, Pedro. **Quais os efeitos da nomeação de militares?** 2020. Abraji. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/quais-os-efeitos-da-nomeacao-de-militares> Acesso em: 28/08/2022

TOMAZELA, José Maria. **Novo ministro do Meio Ambiente é considerado ‘mais aberto’ que Salles; saiba quem é Joaquim Leite.** 2021. Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,novo-ministro-do-meio-ambiente-e-considerado-mais-aberto-que-salles-saiba-quem-e-joaquim-leite,70003758457> Acesso em: 21/04/2022

VALENTE, Rubens. **Bolsonaro retira da Funai a demarcação de terras indígenas.** 2019. Folha de São Paulo. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/bolsonaro-retira-da-funai-a-demarcacao-de-terras-indigenas.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/bolsonaro-retira-da-funai-a-demarcacao-de-terras-indigenas.shtml) Acesso em: 21/08/2022

VALENTE, Rubens. **General cai da presidência da Funai após pressão de ruralistas.** 2019. Folha de São Paulo. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/general-cai-da-presidencia-da-funai-apos-pressao-de-ruralistas.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/general-cai-da-presidencia-da-funai-apos-pressao-de-ruralistas.shtml) Acesso em: 21/08/2022

VELEDA, Raphael. **Um ano sem Salles: política ambiental se mantém, mas barulho diminui.** 2022. Metrôpoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/um-ano-sem-salles-politica-ambiental-se-mantem-mas-barulho-diminui> Acesso em: 29/08/2022

WENZEL, Fernanda. **Após três diretores se demitirem, Salles anuncia 4 militares na diretoria do ICMBio.** 2019. Jornal (o)eco. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/apos-tres-diretores-se-demitirem-salles-anuncia-4-militares-na-diretoria-do-icmbio/> Acesso em: 27/08/2022